

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 366, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 102/2020
OF 106/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada a Sociedade Rádio Comunitária Camará FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

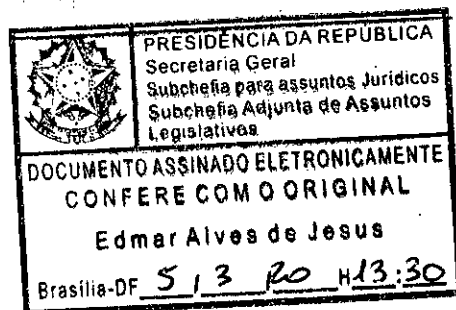
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 463, de 6 de maio de 2015 - Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, no município de Camaragibe - PE;
- 2 - Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015 - Fundação Beneficente Rosal da Liberdade, no município de Redenção - CE;
- 3 - Portaria nº 545, de 9 de maio de 2016 - Sociedade dos Ecologistas de Tambaú, no município de Tambaú - SP;
- 4 - Portaria nº 896, de 9 de maio de 2016 - Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda, no município de Porto Seguro - BA;
- 5 - Portaria nº 1.019, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense, no município de Catanduvas - PR;
- 6 - Portaria nº 1.143, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, no município de Coxim - MS;
- 7 - Portaria nº 1.832, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte, no município de Pirenópolis - GO;
- 8 - Portaria nº 1.943, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo, no município de Cantagalo - PR;
- 9 - Portaria nº 1.906, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol, no município de Caracol - MS;
- 10 - Portaria nº 2.204, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia, no município de Pompeia - SP;
- 11 - Portaria nº 2.618, de 7 de junho de 2017 - Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária, no município de Campo Grande - MS;
- 12 - Portaria nº 2.622, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos, no município de Cachoeira Dourada - GO;
- 13 - Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017 - Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco, no município de Ribeirão Branco - SP;
- 14 - Portaria nº 5.085, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ambientalista de Marilândia, no município de Marilândia - ES;
- 15 - Portaria nº 5.225, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa, no município de Terra Roxa - SP;
- 16 - Portaria nº 5.229, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Martinho Prado Júnior, no município de Mogi Guaçu - SP;

- 17 - Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova, no município de Porto Ferreira - SP;
- 18 - Portaria nº 712, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalom, no município de Rio Grande - RS;
- 19 - Portaria nº 1.010, de 14 de março de 2018 - Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, no município de Cabo Frio - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.031, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Firminópolis, no município de Firminópolis - GO;
- 21 - Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no município de Coronel Murta - MG;
- 22 - Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018 - Associação Rádio Comunitária de Belterra, no município de Belterra - PA;
- 23 - Portaria nº 3.886, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos, no município de Dois Vizinhos - PR;
- 24 - Portaria nº 3.895, de 2 de agosto de 2018 - Fundação Cidadania, no município de José de Freitas - PI;
- 25 - Portaria nº 6.735, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula - RJ;
- 26 - Portaria nº 6.848, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, no município de Americana - SP;
- 27 - Portaria nº 6.857, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária Zabelê FM, no município de Remanso - BA;
- 28 - Portaria nº 7.014, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Rádio FM Cláudia, no município de Cláudia - MT;
- 29 - Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária São José, no município de Juazeirinho - PB;
- 30 - Portaria nº 7.037, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ, no município de Juti - MS;
- 31 - Portaria nº 7.152, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas, no município de Congonhas - MG;
- 32 - Portaria nº 7.231, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cidadã de Cananéia, no município de Cananéia - SP;
- 33 - Portaria nº 7.586, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM, no município de Muaná - PA;
- 34 - Portaria nº 7.587, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Beneficente de Altaneira, no município de Altaneira - CE; e
- 35 - Portaria nº 7.590, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, no município de Cabo de Santo Agostinho - PE.



Brasília, 18 de março de 2020.



EM nº 00179/2019 MCTIC

Brasília, 12 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058120/2011-23, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, inscrita no CNPJ nº 02.649.881/0001-00, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 08 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Camaragibe, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 463, de 06 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 463/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000762/1998 e nº 53000.058120/2011-23, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/05/2015, às 19:22, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0338179** e o código CRC **576C803F**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32761/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.058120/2011-23.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624747** e o código CRC **47C288DC**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 7013 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 22 de novembro de 2011.

À Senhora

ANA FLÁVIA ROMUALDO LIMA

Representante Legal da Sociedade Rádio Comunitária Camará FM

Rua Severino Gomes da Silva, nº 43 – 1º andar

54762-580 Camaragibe – PE

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/**
Processo nº. 53000.058120/2011-23.

Senhora Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM** tem validade até 08/10/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 058120/2011-23

SEAPA/SCE

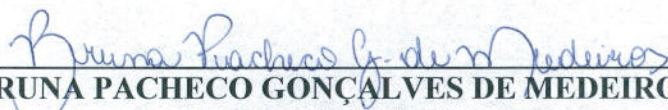
17/11/2011-08:46

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53103.000762/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM**, na localidade de **Camaragibe / PE**, tem validade até 08/10/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 10 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Siane nº 1785956

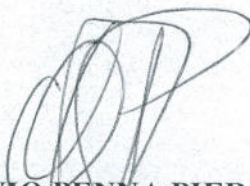
02.649.8811 0001-00

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



58120/11

SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br

37



Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços,

Assunto: Documentação em resposta ao ofício nº7013/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Processo: 53103.007/98

Local: Camaragibe UF. PE.

Prezado Senhor,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 003223/2012-27

SEAPA/SCE

14/01/2012-09:48

Em resposta a solicitação de V.Sa., através do ofício supra citado, estamos encaminhando documentação da nossa entidade **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM** com o objetivo de obter **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para execução do serviço de radiodifusão em nossa cidade.

Camaragibe, 13 de Janeiro de 2012.


Ana Flávia Romualdo Lima
CPF.367.220.734-91

Endereço para correspondência:

Rua Severino Gomes da Silva, 43 -1º andar – Camaragibe – PE.

CEP 54.762-580

Telefone para contato: 081 3456.1316 – 9103.6052

Correio eletrônico(email): contato@camarafm.com.br

radiocamara98fm@yahoo.com.br

Sedco



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br

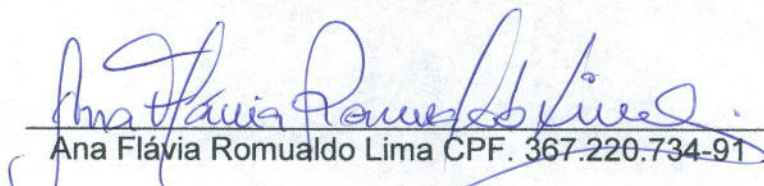


**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.649.881/0001-00, com sede á rua Severino Gomes da Silva, nº 43 – 1º andar, na cidade de Camaragibe, Estado de Pernambuco, CEP 54.762-580, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 127 datada de 05 de Abril de 2000 e Decreto Legislativo nº 389/2001 publicado no Diário Oficial da União datado de 08/10/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Camaragibe, 13 de Janeiro de 2011.


Ana Flávia Romualdo Lima CPF. 367.220.734-91



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao **MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES**, que a emissora **RADIO COMUNITARIA CAMARÁ FM**, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Camaragibe, 13 de Janeiro de 2012.


Ana Flávia Romualdo Lima
CPF.367.220.734-91



Menu Principal ▾

BOA NOITE
ANA FLAVIA ROMUALDA DA SILVASistemas
InterativosBOLETO >> **Nada Consta**

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:35:29 do dia 15/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.649.881/0001-00	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/07/1997
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SEVERINO GOMES DA SILVA	NÚMERO 43	COMPLEMENTO 1 ANDAR	
CEP 54.762-580	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO NOVO	MUNICÍPIO CAMARAGIBE	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/01/2012** às **20:27:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Ana Flávia Romualdo Lima, brasileira, casada, funcionária pública, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe - PE. RG. 2503061 SSP-PE., CPF. 367.220.734-91.

Secretária:

Livy Giselle da Silva Souza: brasileira, solteira, estudante, residente á rua Oscar Silva Figueiredo, 60 B. Novo-Camaragibe-PE. RG. 8056574 SDS-PE., CPF. 092.365.634-06

Tesoureiro:

Gilberto Alves Campelo, brasileiro, casado, comerciante, residente á Av. Belmino Correia, 483-A - Centro-Camaragibe-PE. RG. 1216826 SSP-PE., CPF. 178.780.044-04.

Diretor de Cultura:

Júlio César Pastor R. S. de Lima, brasileiro, solteiro, produtor cultural, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe-PE. RG. 7.812.529 SDS-PE., CPF. 096.964.514-74

CONSELHEIROS

Wendresson Alves dos Santos, brasileiro, casado, locutor, residente á rua Severino Rodrigues, 565 Centro-Camaragibe-PE. RG. 5.614.853 SSP-PE., CPF. 041.971.824-90

Adilso Alves de Souza, brasileiro, casado, contabilista, residente á rua Panamá, 293 Alto Boa Vista - Camaragibe-PE. RG. 1.183.116 SSP-PE., CPF. 126.283.444-91.

Valéria Maria Vieira da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á 5ª Trav. Teófila de Melo, 346 Centro-Camaragibe-PE. RG. 556768-5 SSP-PE., CPF. 043.092.734-75.

Paulo César de Freitas Gonçalves, brasileiro, funcionário publico, solteiro, residente á rua das Tulipas, 07 Centro-Camaragibe-PE. RG. 3253472 SSP-PE., CPF. 660.952.124-72

Wallenberg Alves dos Santos, brasileiro, solteiro, vendedor, residente á rua Oscar Figueiredo, 692 Centro-Camaragibe-PE. RG. 7189483 SSP-PE., CPF. 107.081.924-75.

Márcia Maria Romualdo da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á rua Antonio do Monte Santana, 856 Centro-Camaragibe-PE. RG. SSP-PE., CPF. 450.207.604-04

FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE CAMARAGIBE

CNPJ: 01.947.273/0001-00 Daniel Batista Passos Filho, brasileiro, casado, produtor cultural, residente á rua Antonia Tereza da Conceição, 99 Alto Boa Vista-Camaragibe-PE. RG. 27966638 SSP-PE., CPF. 402.160.474-04.

CONSELHO DE MORADORES DO TIMBI E ADJACENCIAS CNPJ:

03.492.661/0001-70 Severino Gomes da Silva, brasileiro, casado, aposentado, residente á rua, José Andrade, 81-B - Timbi - Camaragibe-PE. RG. 979.703 SSP-PE., CPF. 147.319.914-04.

ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL METROPOLITANA DE PE CNPJ:

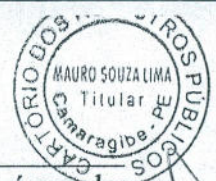
11.288.622/0001-83 Clemilson Capitulino do Nascimento, brasileiro, casado, comerciante, residente á rua 13 de Maio, 20 B. dos Estados-Camaragibe-PE. RG. 1.643.477 SSP-PE., CPF. 172.526.874-49

FEDERAÇÃO DAS AGREMIações CARNAVALESCAS DE CAMARAGIBE

CNPJ: 11.870.169/0001-19 Carlos Henrique Araujo Santana, brasileiro, casado, almoxarife, residente á rua Av. Pierre Collier, 415, Vila da Fábrica - Camaragibe - PE. RG. 5.044.703 SSP-PE., CPF. 025.419.574-16.

PARÓQUIA PIO X CNPJ: 01.735.621/0001-86 - Josemar Joaquim de Lima,

brasileiro, solteiro, pároco, residente á Av. Belmino Correia, 500 Centro - Camaragibe - PE. RG. 4.587.625 SSP-PE., CPF. 890.375.884-68.



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE
PESSOAS JURÍDICAS DE CAMARAGIBE - PE**
Rua das Margaridas, 59-CEP 54750-360/F. 3458-1202
Titular: Mauro Souza Lima, Sub. Maurenice Lima Lopes

O presente título foi apresentado hoje
para inscrição e arquivamento, protocolado e
registrado sob o N° 3871

Camaragibe, 05 de 05 de 2011

Maurenice Lima Lopes
SUBSTITUTA

Lei nº 11.404/96
Emol R\$ 4,84
TSNR R\$ 9,56



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

**Ato Notarial
ou de Registro**

ANOREG-PE

Válido somente
com selo de
Autenticidade e
Fiscalização

ACE049766

CAVALHEIRO DE BRITO

ANOREG-PE-Fone (51) 3458-1111

AUTENTICO a presente fotocópia

conferida com o original.

Camaragibe - PE

Em 07 de Dezembro de 2011.

RS 2,00

+ TSNR 7,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

RS 9,56

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
**Selo de Autenticidade
e Fiscalização**

ANOREG-PE

AUTENTICAÇÃO
BJP032274

Foram. f. Goncalves





**1ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA SOCIEDADE RADIO COMUNITÁRIA
CAMARÁ FM - Registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas
Jurídicas de Camaragibe-PE., no Livro A às fls.74 sob nº 979 em 14.07.1998.**

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE**

Art. 1º - A Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, fundada em 10 de Maio de 1998 com sede á Rua Severino Gomes da Silva, nº 43 - 1º andar - Centro - Camaragibe - PE., é uma sociedade civil de objetivos culturais, a partidária, democrática e sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- b) Dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- c) Prestar serviços de utilidade pública integrando-se os serviços de defesa civil sempre que necessário;
- d) Auxiliar na formação e valorização das tradições locais;
- e) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- f) Enfatizar as atividades artísticas e jornalísticas na comunidade;
- g) Cooperar com o Município, Estado e a união na divulgação da saúde preventiva, serviço educacional, cultural e social de um modo geral;
- h) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.
- j) Prestar serviços de Radiodifusão Comunitária operando na faixa VHF em frequência modulada (FM) de acordo com o que dispõe a lei 9.612/98 do Regulamento de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS**

Art. 3º - Podem se associar á Entidade, as pessoas físicas maiores e capazes para atos civis, que residam na área de abrangência da sociedade;

Parágrafo Único - A qualidade de associados é adquirida mediante inscrição formal, e homologação da admissão em Assembléia Geral.

Art. 4º - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Art. 5º - Haverá as seguintes classes de Sócios:

I - Fundadores - os membros que subscreveram a ata de fundação;

II - Efetivos - Aqueles admitidos de conformidade com Art. 3º e seu § único.

Handwritten signature and stamp of the Cartório dos Registros Públicos de Camaragibe-PE.

Handwritten signature of Advogado Adjár Tobias Ferreira, OAB-PE 12205, CPF-MF 243 887 934-34.





Art. 6º - São deveres dos Associados:

- I – cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos administrativos;
- II – Zelar pelos interesses da Entidade;
- III – Comparecer quando for convocado, às reuniões;
- IV – Participar direta ou indiretamente de todas as ações que visarem o engrandecimento da Entidade e desenvolvimento econômico, social, cultural e religioso da comunidade.

Art. 7º - São direitos dos Associados:

- I – Tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado;
- II – Utilizar-se dos serviços mantidos pela entidade;
- III – Participar das atividades programadas;
- IV – Conscientizar a comunidade de suas potencialidades levando-a a realizar seus próprios anseios, pela Diretoria Executiva;
- V – Propor á Diretoria Executiva, medidas de interesse da comunidade;
- VI – Solicitar por escrito, o seu desligamento da Entidade.

Art. 8º - Serão excluídos do quadro social, os associados que:

- I – Deixarem de cumprir as obrigações previstas neste estatuto;
- II – danificarem o patrimônio da Entidade.

Parágrafo 1º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Parágrafo 2º - Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que haja feito á Entidade.

CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DIREÇÃO

Art. 9º - A Entidade será dirigida pelos órgãos:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselho Comunitário.

Parágrafo 1º - O exercício de qualquer função requerida para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.

Parágrafo 2º É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada, participação na Assembléia geral.



DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Entidade, constituída por sócios em pleno exercício dos seus direitos, as deliberações serão tomadas, com aprovação da maioria dos presentes, através de voto direto; em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo Presidente da Assembléia. Cada associado terá direito a 01(um) voto, não sendo permitido votar por procuração.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Rádio Camará FM e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no parágrafo 1º.

Parágrafo 4º - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no Parágrafo 1º.

Parágrafo 5º - Compete privativamente a Assembléia Geral:

- I - Reformar o estatuto, quando obtiver aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros;
- II - Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações financeiras que constituam obrigações contratuais;
- III - Aprovar o balanço financeiro da Entidade, bem como o plano de desenvolvimento da comunidade.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11º - A Diretoria Executiva é composta de 01(um) Presidente, 01(um) Secretário, 01(um) Tesoureiro, 01(um) Diretor de Cultura, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandatos de 04(quatro) em 04(quatro) anos, podendo ser reeleito.

Art. 12º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês por convocação do Presidente e ordinariamente sempre que as circunstâncias e

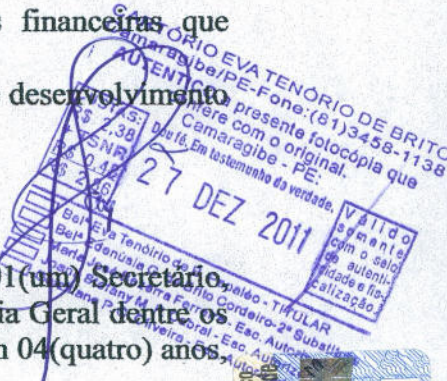
Associação das Comunicações
- Pá: 14
- Rúbrica: [assinatura]
- SCS



[assinatura]

[assinatura]

Advogado
Adiár Tobias Ferreira
OAB-PE 12205
CPF-MF 243 887 934-34





extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem também por convocação do Presidente e ou por 2/3(dois terços) de seus membros.

Art.13º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples, exceto quando se tratar de matéria financeira, quando será exigido quorum qualificado de 2/3(dois terços).

Art. 14º - Caberá a Diretoria Executiva, coletivamente:

- Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembléias Gerais;
- Convocar as Assembléias gerais;
- Indicar um dos seus membros ou um associado para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
- Prestar contas semestralmente e anualmente á Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitada pela Assembléia Geral;
- Autorizar a aquisição de equipamentos;
- Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrado pela Entidade;
- Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade.

Art. 15º - A Diretoria ou qualquer membro dela, não poderá assumir obrigações sociais estranhas aos fins da entidade.

Art. 16º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- Executar com zelo e pontualidade as tarefas durante o cargo que exerce, bem como aquelas assumidas;
- Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- Representar a Entidade, sempre que designado pela diretoria;
- Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 17º - Caberá ao Presidente:

- Coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- Responder em juízo pela entidade;
- Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e os demais documentos de circulação interna e externas;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para o pagamento das despesas em geral;
- Exercer o ato de qualidade, quando for o caso;
- Desempenhar outras atividades de interesse social; não previstas nestes estatutos;

Adjar Tobias Ferreira
Advogado
OAB-PE 12205
CPF-MF 243 887 934.34



**Art. 18º - Caberá ao Secretário Geral:**

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões das Assembléias Gerais, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizados;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Art. 19º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamentos das contas diversas da Entidade.

Art. 20º - Caberá ao Diretor de Cultura:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória como este estatuto, regimentos internos e outros.

Adjar Tobias Ferreira
Advogado
OAB-PE 12205
CPF-MF 243 887 934-34

DO CONSELHO FISCAL

Art. 21º - O Conselho Fiscal é composto de 06(seis) membros, sendo 3(três) efetivos e 03(três) suplentes, todos eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 04(quatro) anos podendo ser reeleito e escolhidos dentre seus associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo Único - O conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o presidente.

Art. 22º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês para examinar as contas da diretoria e, anualmente, para examinar o balanço, emitindo parecer que será assinado por todos os seus membros e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria.

Art. 23º - Compete ao Conselho Fiscal;

- I - Fiscalizar todo o movimento financeiro da Entidade;
- II - Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo escriturados dentro das normas contábeis e legais;
- III - Fazer relatório analítico de quaisquer perícias levada a efeito encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva para ser levada ao conhecimento da Assembléia Geral.



DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 24º - O Conselho Comunitário será composto por 06(seis) pessoas representantes de entidades da comunidade local, sendo 05(cinco) efetivos e 01(suplente) escolhidos em Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - Entre os efetivos será escolhido por eles próprios o presidente do Conselho.

Parágrafo 2º - Caso o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para a eleição de novo conselho, e este terá mandato que encerrará juntamente com o mandato da Diretoria.

Art. 25º - O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação de qualquer dos membros aos demais, em dia, hora e local pela maioria dos membros e com quorum mínimo de três conselheiros.

Art. 26º - Compete ao Conselho Comunitário:

- I- Acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade conforme Art. 2º.
- II- Fiscalizar a execução do programa de desenvolvimento comunitário aprovado em Assembléia.

CAPITULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 27º - A eleição para membro da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário dar-se-á por votação de 04(quatro) em 04(quatro) anos, e secreta, com direito a reeleição, excluindo o voto por procuração.

Art. 28º - Considerar-se-á eleito os candidatos que obtiveram maioria simples dos votos dos associados presentes a Assembléia Eleitoral.

CAPITULO V DO PATRIMONIO

Art. 29º - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a entidade possui ou vier a possuir, a saber:

- I – Bens moveis e imóveis adquiridos ou doados;
- II – Doações, herança ou legado adquiridos ou doados;

Parágrafo Único – Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Entidade poderá ser alienado, hipotecado ou penhorado sem a expressa autorização dos associados, em Assembléia Geral com a presença de 4/5(quatro quintos) dos associados.



CAPITULO VI RECEITAS E DESPESAS

Art. 30º - A Receita da Entidade advirá:

- a) Da contribuição especial de pessoas físicas e jurídicas de direito publico ou privado, nacionais ou estrangeiros, a titulo de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) Da contribuição mensal dos associados;
- c) De verbas provenientes de subsidio oficial;
- d) Do patrocínio do comércio local;
- e) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.

Parágrafo Único - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta os objetivos da Entidade.

Art. 31º - As Despesas da Entidade podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis, compra de equipamentos, discos, fitas, cd's e outros.
- b) Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a titulo de pró-labore;
- c) Comissão para agenciadores de patrocínio local, em porcentagem definida pela diretoria;
- d) Patrocínio a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo 1º - Nenhum membro da Diretoria poderá ser remunerado.

Parágrafo 2º - Os sócios não respondem pelas obrigações pessoais.

CAPITULO VII PROGRAMAÇÃO MINIMA DA RÁDIO

Art. 32º - Minimamente a programação da Rádio deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observadas apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela rádio, por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta de horário político obrigatório, na forma da lei.
- d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito á Diretoria.



CAPITULO VIII DISSOLUÇÃO

Art. 33º A dissolução desta entidade ocorrerá apenas por decisão de Assembléias Gerais convocada conforme o previsto no Art.10º, parágrafo 4º.

Parágrafo 1º - Ponto de pauta obrigatório na Assembléia Geral convocada a dissolução da Entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O patrimônio da Entidade deverá ser dado a outras entidades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia.

Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data de dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no 2º parágrafo deste artigo.

CAPITULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral.

Art. 35º - A Diretoria Executiva, O Conselho Fiscal e o Conselho Comunitário ficam assim constituídos: 30/03/2011.

Presidente: Ana Flávia Romualdo Lima
Ana Flávia Romualdo Lima, brasileira, casada, funcionária pública, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe - PE. RG. 2503061 SSP-PE., CPF. 367.220.734-91.

Secretária: Livy Giselle da Silva Souza
Livy Giselle da Silva Souza: brasileira, solteira, estudante, residente á rua Oscar Silva Figueiredo, 60 B. Novo-Camaragibe-PE. RG. 8056574 SDS-PE., CPF. 092.365.634-06

Tesoureiro: Gilberto Alves Campelo
Gilberto Alves Campelo, brasileiro, casado, comerciante, residente á Av. Belmino Correia, 483-A - Centro-Camaragibe-PE. RG. 1216826 SSP-PE., CPF. 178.780.044-04.

Diretor de Cultura: Júlio César P. R. S. Lima
Júlio César Pastor R. S. de Lima, brasileiro, solteiro, produtor cultural, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe-PE. RG. 7.812.529 SDS-PE., CPF. 096.964.514-74

CONSELHO FISCAL

Wendresson Alves dos Santos, brasileiro, casado, locutor, residente á rua Severino Rodrigues, 565 Centro-Camaragibe-PE. RG. 5.614.853 SSP-PE., CPF. 041.971.824-90

Adilso Alves de Souza, brasileiro, casado, contabilista, residente á rua Panamá, 293 Alto Boa Vista - Camaragibe-PE. RG. 1.183.116 SSP-PE., CPF. 126.283.444-91

Valéria Maria Vieira da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á 5ª Trav. Ter de Melo, 346 Centro-Camaragibe-PE. RG. 556768-5 SSP-PE., CPF. 043.092.734-7



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Adjár Tobias Ferreira
Advogado
OAB-PE 12205

CARTÓRIO EVA TENÓRIO DE BRITO
Camaragibe/PE-Fone: (81) 3448-1138
AUTENTICO a presente fotocópia que contém o original.
Em testemunho da verdade.

DEZ 2011
VÁLIDO somente com o selo de autenticidade e fiscalização
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo de Autenticidade e Fiscalização
ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
B032255

SUPLENTE

Paulo César de Freitas Gonçalves
Paulo César de Freitas Gonçalves, brasileiro, funcionário público, solteiro, residente á rua das Tulipas, 07 Centro-Camaragibe-PE. RG. 3253472 SSP-PE., CPF. 660.952.124-72

Wallenberg Alves dos Santos
Wallenberg Alves dos Santos, brasileiro, solteiro, vendedor, residente á rua Oscar Figueiredo, 692 Centro-Camaragibe-PE. RG. 7189483 SSP-PE., CPF. 107.081.924-75.

Márcia Maria Romualdo da Silva
Márcia Maria Romualdo da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á rua Antonio do Monte Santana, 856 Centro-Camaragibe-PE. RG. SSP-PE., CPF. 450.207.604-04

CONSELHO COMUNITÁRIO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE CAMARAGIBE CNPJ: 01.947.273/0001-00

Representante legal:

Daniel Batista Passos Filho
Daniel Batista Passos Filho, brasileiro, casado, produtor cultural, residente á rua Antonia Tereza da Conceição, 99 Alto Boa Vista-Camaragibe-PE. RG. 27966638 SSP-PE., CPF. 402.160.474-04.

ENTIDADE: CONSELHO DE MORADORES DO TIMBI E ADJACENCIAS

CNPJ: 03.492.661/0001-70

Representante legal:

Severino Gomes da Silva
Severino Gomes da Silva, brasileiro, casado, aposentado, residente á rua, José Andrade, 81B - Timbi - Camaragibe-PE. RG. 979.703 SSP-PE., CPF. 147.319.914-04

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL METROPOLITANA DE PERNAMBUCO CNPJ: 11.288.622/0001-83

Representante legal:

Clemilson Capitulino do Nascimento
Clemilson Capitulino do Nascimento, brasileiro, casado, comerciante, residente á rua 13 de Maio, 20 B. dos Estados-Camaragibe-PE. RG. 1.643.477 SSP-PE., CPF. 172.526.874-49

ENTIDADE: FEDERAÇÃO DAS AGREMIÇÕES CARNAVALESCAS DE CAMARAGIBE CNPJ: 11.870.169/0001-19

Representante legal:

Carlos Henrique Araujo Santana
Carlos Henrique Araujo Santana, brasileiro, casado, almoxarife, residente á rua Av. Pierre Collier, 415, Vila da Fábrica-Camaragibe-PE. RG. 5.044.703 SSP-PE., CPF. 025.419.574-16

ENTIDADE: PARÓQUIA PIO X

CNPJ: 01.735.621/0001-86

Representante legal:

Josemar Joaquim de Lima
Josemar Joaquim de Lima, brasileiro, solteiro, pároco, residente á Av. Belmino Correia, s/n Centro-Camaragibe-PE. RG. 4.587.625 SSP-PE., CPF. 890.375.884-68.

Art. 36º - Este Estatuto será registrado no Registro de Títulos e Documentos de Camaragibe, Estado de Pernambuco.


Parágrafo Único - Fica eleito o fórum de Camaragibe para dirimir dúvidas oriundas deste estatuto.



Camaragibe, 30 de Abril de 2011

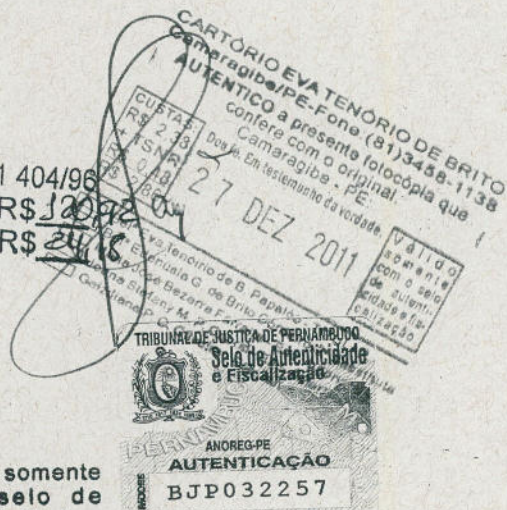


REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE
PESSOAS JURÍDICAS DE CAMARAGIBE - PE
Rua das Margaridas, 59 - CEP 54750-360 / F. 3458-1202
Titular: Mauro Souza Lima, Sub. Maurenice Lima Lopes

O presente título foi apresentado hoje
para inscrição e arquivamento protocolado e
registrado sob o N° 3872
Camaragibe, PE, de 05 de 05 de 2011

Maurenice Lima Lopes
SUBSTITUTA



Lei nº 11 404/96
Emol R\$ 120,92
TSNR R\$ 24,16



Válido somente
com selo de
Autenticidade e
Fiscalização

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS
DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO
COMUNITÁRIO DA SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM -
CAMARAGIBE - PE.**

Aos dez dias do mês de Maio de dois mil e dez, reuniram-se na rua Severino Gomes da Silva, 43 - 1º andar - Centro - Camaragibe - PE., na sede da Rádio Comunitária Camará FM, em Assembléia Geral convocada através de edital fixado na sede da entidade, e amplamente divulgado, com o objetivo de eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva, bem como dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Foi iniciada esta reunião às 19h00, com uma homenagem solene pela passagem de 01 ano do desencarne dos comunicadores Walter Henrique e Jacinto Marinho que deixaram uma enorme lacuna na Camará e na cidade que perdeu dois grandes comunicadores e amigos. Após alguns pronunciamentos de saudades póstumas, o comunicador João Cavalcante falou dos avanços e da consolidação do trabalho jornalístico local que a rádio vem desenvolvendo em nossa cidade, e que hoje muito mais amadurecida e com a credibilidade sempre em alta nos diversos setores da Sociedade Camaragibense, está pronta para galgar degraus mais altos. A presidente Sra. Rosana Freitas, frisou que a pesar de tudo estamos sempre em evolução, hoje temos em nosso meio, novos comunicadores, parceiros, que vieram para somar ainda mais a nossa causa, falou também aos presentes, da necessidade de estarmos atentos a parte documental da entidade, pois a nossa concessão expirará no próximo ano, e que iremos lutar para a renovação por mais 10 anos, para coroarmos a verdadeira democracia na liberdade de informação e no direito de comunicar. Após várias considerações foi lançada a Chapa Única, eleita democraticamente para o novo biênio 2010 a 2012, ficando assim constituída: 10/05/2010.

Presidente: Ana Flávia Romualdo Lima
Ana Flávia Romualdo Lima, brasileira, casada, funcionária pública, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe - PE. RG. 2503061 SSP-PE., CPF. 367.220.734-91.

Secretária: Livy Giselle da Silva Souza
Livy Giselle da Silva Souza, brasileira, solteira, estudante, residente á rua Oscar Silva Figueiredo, 60 B. Novo-Camaragibe-PE. RG. 8056574 SDS-PE., CPF. 092.365.634-06

Tesoureiro: Gilberto Alves Campelo
Gilberto Alves Campelo, brasileiro, casado, comerciante, residente á Av. Belmino Correia, 483-A - Centro-Camaragibe-PE. RG. 1216826 SSP-PE., CPF. 178.780.044-04.

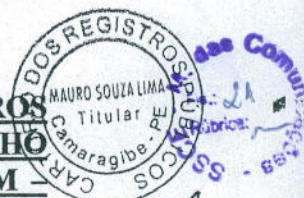
Diretor de Cultura: Júlio César P. R. S. Lima
Júlio César Pastor R. S. de Lima, brasileiro, solteiro, produtor cultural, residente á rua das Margaridas, 01 Centro-Camaragibe-PE. RG. SSP-PE., CPF..

CONSELHO FISCAL

Wendresson Alves dos Santos
Wendresson Alves dos Santos, brasileiro, casado, locutor, residente á rua Severino Rodrigues, 565 Centro-Camaragibe-PE. RG. 5.614.853 SSP-PE., CPF. 041.971.824-90

Adilso Alves de Souza
Adilso Alves de Souza, brasileiro, casado, contabilista, residente á rua Panamá, 293 Alto Boa Vista - Camaragibe-PE. RG. 1.183.116 SSP-PE., CPF. 126.283.444-91.

Valéria Maria Vieira da Silva
Valéria Maria Vieira da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á 5ª Trav. Teófila de Melo, 346 Centro-Camaragibe-PE. RG. 556768-5 SSP-PE., CPF. 043.092.734-75



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Adiár Tobias Ferreira
Advogado
OAB-PE 12205
CPF-MF 243 887 934-34

CARTÓRIO EVATENÓRIO DE BRITO
Camaragibe/PE-Fone: (81)3458-1138
AUTENTICO a presente fotocópia que
confero com o original.
Camaragibe - PE;
em testemunho da verdade.

13 JAN 2012



SUPLENTE

Paulo César de Freitas Gonçalves, brasileiro, funcionário público, solteiro, residente à rua das Tulipas, 07 Centro-Camaragibe-PE. RG. 3253472 SSP-PE., CPF. 660.952.124-72

Wallenberg Alves dos Santos, brasileiro, solteiro, vendedor, residente à rua Oscar Figueiredo, 692 Centro-Camaragibe-PE. RG. 7189483 SSP-PE., CPF. 107.081.924-75.

Márcia Maria Romualdo da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente à rua Antonio do Monte Santana, 856 Centro-Camaragibe-PE. RG. SSP-PE., CPF. 450.207.604-04

CONSELHO COMUNITÁRIO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE CAMARAGIBE CNPJ: 01.947.273/0001-00

Representante legal:

Daniel Batista Passos Filho, brasileiro, casado, produtor cultural, residente à rua Antonia Tereza da Conceição, 99 Alto Boa Vista-Camaragibe-PE. RG. 27966638 SSP-PE., CPF. 402.160.474-04.

ENTIDADE: CONSELHO DE MORADORES DO TIMBI E ADJACENCIAS

CNPJ: 03.492.661/0001-70

Representante legal:

Severino Gomes da Silva, brasileiro, casado, aposentado, residente à rua, José Andrade, 81B - Timbi - Camaragibe-PE. RG. 979.703 SSP-PE., CPF. 147.319.914-04

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL METROPOLITANA DE PERNAMBUCO CNPJ: 11.288.622/0001-83

Representante legal:

Clemilson Capitulino do Nascimento, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua 13 de Maio, 20 B. dos Estados-Camaragibe-PE. RG. 1.643.477 SSP-PE., CPF. 172.526.874-49

ENTIDADE: FEDERAÇÃO DAS AGREMIÇÕES CARNAVALESCAS DE CAMARAGIBE CNPJ: 11.870.169/0001-19

Representante legal:

Carlos Henrique Araujo Santana, brasileiro, casado, almoxarife, residente à rua Av. Pierre Collier, 415, Vila da Fábrica-Camaragibe-PE. RG. 5.044.703 SSP-PE., CPF. 025.419.574-16

ENTIDADE: PARÓQUIA PIO X

CNPJ: 01.735.621/0001-86

Representante legal:

Josemar Joaquim de Lima, brasileiro, solteiro, pároco, residente à Av. Belmino Correia, s/n Centro-Camaragibe-PE. RG. 4.587.625 SSP-PE., CPF. 890.375.884-68.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião que vai devidamente datada e assinada. Camaragibe, 10 de Maio de 2011.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS DE CAMARAGIBE - PE
Rua das Margaridas, 59-CEP 54750-360/E. 3458-1202
Titular: Mauro Souza Lima, Sub. Maurenice Lima Lopes

Lei nº 11 404/96
Emol R\$ 4,88
TSNR R\$ 9,56

O presente título foi apresentado hoje para inscrição e arquivamento, protocolado e registrado sob o nº 3870 de 05 de 05 de 2011

Maurenice Lima Lopes
SUBSTITUTA

Válido somente com o selo de Autenticidade e Fiscalização

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Ato Notarial ou de Registro

ANOREG-PE

AGE049765

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BJV014503



José Roberto D. dos Santos
 Jomara Faria da Silva
 Camilo Roberto da Silva
 Sílvia Fátima da Silva
 Paulo Gomes Ferreira

[Signature]

Walterberg A. dos Santos
 Miry Giselle da Silva Souza
 Márcio M. Romualdo da Silva
 Valéria Maria Lima da Silva

André Gustavo da Silva Barbosa
 André Gustavo da Silva
 Felipe Gregório de Amorim

[Signature]
 Edson dos Santos Pereira

Renato da Silva Baptista
 Sarah S. S. dos Santos
 Mariana Romualdo da Silva

Fátima Gomes da Silva
 José Antônio da Silva

Georgiano B. dos Santos

Paulo Henrique Araújo Santana

Silvestre Almeida d. Almeida

Julio Cesar P. R. S. Lima

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Georgiano dos Santos

Adjár Tobias Ferreira
 Advogado
 OAB-PE 12205
 CPF-MF 243 887 934-34

Cartório Evatênório de Brito
 Camaragibe-PE Fone: (81) 3458-1138
 AUTENTICO a presente fotocópia que
 contém com o original.
 Camaragibe - PE:

13 JAN 2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Selo de Autenticidade
 ANO 2012
 AUTENTICAÇÃO
 BJV014504



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Ana Flávia Romualdo Lima, na qualidade de representante legal da **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Camaragibe, 13 de Janeiro de 2012.


Ana Flávia Romualdo Lima
CPF. 367.220.734-91



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

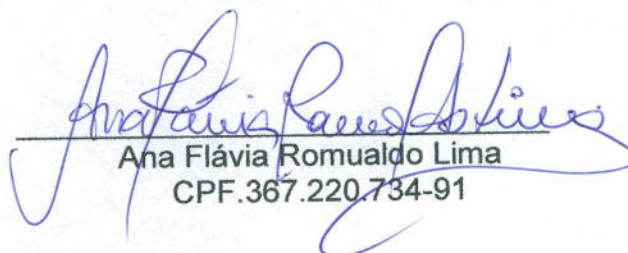
email: contato@camarafm.com.br



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao **MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES**, que o Sr. **ANDRÉ AGOSTINHO DA SILVA** é responsável pela área editorial e o Sr. **JONAS JOÃO DA SILVA** responde pela programação da emissora, ambos são brasileiros natos, e residentes na Cidade de Camaragibe, em anexo documentos comprobatórios.

Camaragibe, 13 de Janeiro de 2012.


Ana Flávia Romualdo Lima
CPF. 367.220.734-91

26
FEB 26
2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.997.729 DATA DE EXERCÍCIO 22.04.1994

NOME ANDRÉ AGOSTINHO DA SILVA

FILIAÇÃO Adalberto Agostinho da Silva
Marta das Dores Ferreira da Silva

LOCALIDADE Recife-PE

DATA DE NASCIMENTO 28/06/1975

CPF 857.513.914

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BJV014033

16 JAN 2012

Dou fé Em testemunho da verdade

Belª Eva Tenório de B. Papaléo-TITULAR
Belª Ednusia G. de B. Cordeiro
Maria José Bezerra Ferreira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BUILE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ANDRÉ AGOSTINHO DA SILVA

ANDRÉ AGOSTINHO DA SILVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BJV014034

16 JAN 2012

Dou fé Em testemunho da verdade

Belª Eva Tenório de B. Papaléo-TITULAR
Belª Ednusia G. de B. Cordeiro
Maria José Bezerra Ferreira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.265.964 DATA DE EXERCÍCIO 29/08/2007

NOME << JONAS JOÃO DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOÃO TEOTÔNIO DA SILVA >>
<< CARMELITTA MARIA DA SILVA >>

LOCALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE

DATA DE NASCIMENTO 14/12/1988

CPF 01.06.2007 >>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BJV014035

16 JAN 2012

Dou fé Em testemunho da verdade

Belª Eva Tenório de B. Papaléo-TITULAR
Belª Ednusia G. de B. Cordeiro
Maria José Bezerra Ferreira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TAVARES BUILE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

JONAS JOÃO DA SILVA

JOÃO TEOTÔNIO DA SILVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BJV014036

16 JAN 2012

Dou fé Em testemunho da verdade

Belª Eva Tenório de B. Papaléo-TITULAR
Belª Ednusia G. de B. Cordeiro
Maria José Bezerra Ferreira



RELATÓRIO

Conselho Comunitário

**Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
Camaragibe-PE.**

2011



CONSELHO COMUNITARIO

Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Camaragibe

Conselho de Moradores do Timbi e Adjacências

Associação Artística e Cultural Metropolitana de PE

Federação das Agremiações Carnavalescas de Camaragibe

Paróquia Pio X

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM 98,5 Mhz.- CNPJ:02.649.881/0001-00

A **Rádio Comunitária CAMARÁ FM**, possui uma programação bem diversificada, são programas católicos, evangélicos, de cultura e entretenimento. Onde os ouvintes estão em constante interação com os comunicadores, mandando recados para seus familiares e amigos, reclamando de um buraco ou falta de um quebra molas na rua, pedindo músicas e dando sugestões. Conclui-se que o canal aberto com a comunidade através da rádio, facilita a comunicação entre o munícipe e o poder público. Além de exercitar diariamente o direito á cidadania.

Programas como o **"Manhã da Saudade"** que resgata a história da cidade, com seus contos e causos sobre uma Camaragibe antiga, traz muitas recordações e busca através da memória dos ouvintes, verdadeiras aulas matinais do que viveram nossos antepassados. Programa carro-chefe que mais um ano se destaca, atrai e envolve o público da 3ª idade.

Outro destaque ficou com o dinamismo do Programa **"Repórter Camará"**, um noticiário local bem produzido destacando á participação dos repórteres cidadãos que ilustram com reivindicações dos bairros e noticiam eventos e reuniões das respectivas comunidades. Isso produz dinamismo e versatilidade ao programa, além das entrevistas com autoridades nos mais diversos segmentos, com a participação direta do ouvinte no decorrer das entrevistas e debates, nessa fórmula o ouvinte é um coadjuvante ativo e participativo, isso faz toda a diferença/

Já o Programa **"Cultura Viva"**, é um sucesso que durante todos esses anos vem conquistando seu espaço com a valorização dos artistas do cenário pernambucano, dando ênfase e destaque ao artista local, um aplauso para a resistência ao modismo, destacamos a inclusão permanente do frevo pernambucano durante o ano todo na programação musical do programa. O acervo musical, com o alto entrosamento do comunicador com a cultura popular e de base, dá um encantamento e uma visão mais ampla da cultura regional, mistura de sons e ritmos, enriquecendo o bordão do Programa: *a rádio de todas as tribos...*

Dentro da grade, outros programas se destacam o **"Show da Cidade"**, e o **"Forró do Balacobaco"** que resgata o genuíno forro pé-de-serra, já no Programa **"Trem do Brega"** é um verdadeiro desfile de bregas rasgados, autênticos e renovados. Também na programação diária, musicais dos anos 60, 70, 80 e 90, a autenticidade da Musica Popular Brasileira exaltando os ícones deste gênero com um grande acervo, muitas vezes cedidos pelos próprios ouvintes, amantes da boa musica. É importante frisar que o diferencial da programação em geral está na informação que acompanha cada programa, cada artista de época que é colocado na vitrine, vem acompanhado de uma informação referente ao seu trabalho musical, isso certamente enriquece a programação na sua totalidade.

No tocante aos programas Católicos, Evangélicos e Espírita, demonstra a versatilidade de contemplar por igual todos os ouvintes deste segmento, a apresentação da "Missa Dominical" e o "Terço dos Homens" remetem um certo ar provincial da família em torno do rádio acompanhando sua programação favorita. Diante desse balanço constata-se que a Programação da **Rádio Comunitária Camará FM** é eclética, para que todos os segmentos sejam contemplados com uma programação diversificada, feita com carinho especial para o povo da nossa cidade.

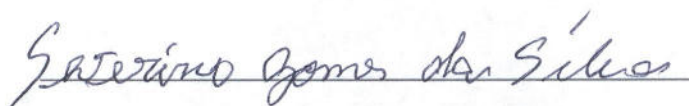
Como sugestão para o próximo ano, seria aumentar o horário do Programa **"Repórter Camará"** para que o tempo das entrevistas seja um pouco maior, abrindo a possibilidade de mais participação de todos. O na importante na verdade é levar informação e entretenimento com responsabilidade e dedicação a nossa comunidade como um todo.

Camaragibe/2011.



Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Camaragibe

Daniel Batista Passos Filho



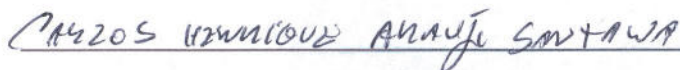
Conselho de Moradores do Timbi e adjacências

Severino Gomes da Silva



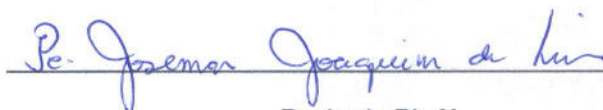
Associação Artística e Cultural Metropolitana de PE

Clemilson Capitulino do Nascimento



Federação das Agremiações Carnavalescas de Camaragibe

Carlos Henrique Araujo Santana



Paróquia Pio X

Josemar Joaquim de Lima

**Sociedade
Rádio
Comunitária
Camará FM**

Relação associados



NOME	RG	ENDEREÇO
Adilso Alves de Souza	1.183.116 SSP-PE.	Rua Paraná, 293 – Alto da Boa Vista – Camaragibe –PE.
Adilson Serafim Correia	1.466.998 SSP-PE.	Rua São João da Barra, 151 - Alberto Maia – Camaragibe –PE.
Ana Jacqueline R.S.Lima	6.358.569 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 01 – Centro – Camaragibe –PE.
Ana Flávia Romualdo Lima	2.503.061 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 01 – Centro – Camaragibe –PE.
Anderson Caetano da Silva	7.540.282 SDS-PE.	Rua Alcides Teixeira, 23 – Tabatinga – Camaragibe –PE.
Andre Agostinho da Silva	3.977.729 SSP-PE.	Rua José Cavalcanti Borba, 12 – Centro – Camaragibe –PE.
Andre da Silva Menezes	5.717.038 SDS-PE.	Rua São Paulo, 80 – Carmelitas – Camaragibe –PE.
Andre Gustavo S. Barbosa	5.956.430 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 07 – Centro – Camaragibe –PE.
Camila da Silva Gueiros	6.324.688 SSP-PE.	Rua Aracati, 551 – Santa Monica – Camaragibe –PE.
Carlos Henrique A. Santana	5.044.703 SSP-PE.	Av. Pierre Collier, 415 - Vila da Fábrica – Camaragibe –PE.
Clemilson Capitolino do Nascimento	1.643.477 SSP-PE.	Rua 13 de Maio, 20 - Bairro dos Estados – Camaragibe –PE.
Clodoaldo Cabral da Silva	123.940.496 SSP-PE.	Rua Pio X, 177 – Centro – Camaragibe –PE.
Cris Alexandre Felix	3.926.025 SSP-PE.	Rua Roberval Luna Oliveira, 149 – Centro – Camaragibe –PE.
Dagnaldo Alexandre Oliveira	902.466 SSP-PE.	Rua Pio X, s/n – Centro – Camaragibe –PE.
Daniel Batista Passos Filho	1.548.634 SDS-PE.	Rua Antonia Tereza, 99 – Alto Boa Vista – Camaragibe –PE.
Edson Alves de Barros	5.940.286 SSP-PE.	Rua Tabira, 157 – Timbi – Camaragibe –PE.
Edilson Gonçalves dos Santos	5.465.877 SSP-PE.	Rua Maria Izabel, 13 – Timbi – Camaragibe –PE.
Edinaldo Jose da Silva	3.388.386 SSP-PE.	Rua Carlos Pena, 258 – Alberto Maia – Camaragibe –PE.
Emanuel Cardoso Macedo	1.865.579 SSP-PE.	Rua Dr. Domingos Sávio, s/n – Centro – Camaragibe –PE.
Felipe Gregório Amorim	6.324.026 SSP-PE.	Rua 13 de Maio, 45 – Timbi – Camaragibe –PE.
Francisco Emanuel da Costa	4.489.436 SSP-PE.	Rua Toscana, 02 – Celeiro – Camaragibe –PE.
Francisco Chagas Sobrinho	606.824 SSP-PE.	Rua Teofila de Melo, 341 – Centro – Camaragibe –PE.

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM – CNPJ. 02.649.881/0001-00



Gilberto Alves Campelo	1.216.826 SSP-PE.	Av. Belmino Correia, 483-A – Centro – Camaragibe –PE.
Hely da Rocha Cruz	3.899.804 SSP-PE.	Rua dos Pescadores, 372 – Timbi – Camaragibe –PE.
Isaias Fernandes da Cunha	1.483.447 SSP-PE.	Rua Maria Jose de Lima, 973 – Centro – Camaragibe –PE.
João Cavalcanti de Santana	348.132 SSP-PE.	Rua Pe. Oseas Cavalcanti, 04 – Centro – Camaragibe –PE.
Joaquim Cavalcanti S. Filho	482.132 SSP-PE.	Rua das Casuarinas, 15 – Centro – Camaragibe –PE.
José Ademir Xavier	3.342.426 SSP-PE.	Rua dos Alecrins, 25 – Centro – Camaragibe –PE.
José Roberto S. dos Santos	2.923.366 SSP-PE.	Rua João Alves de Barros, 92 – Timbi – Camaragibe –PE.
Jonas João da Silva	6.265.964 SSP-PE.	Rua Severino Gomes, 34 – Centro – Camaragibe –PE.
José Guilherme Nascimento	2.571.636 SSP-PE.	Rua Teofila de Melo, 312 – Bairro Novo – Camaragibe –PE.
José Moraes da Fonseca	1.250.223 SSP-PE.	Rua José Cavalcanti Borba, 155 – Centro – Camaragibe –PE.
José Ronaldo A.Santos	2.840.285 SDS-PE.	Rua José de Arruda, 434 – Vila da Fábrica – Camaragibe –PE.
José Valdeci Cavalcanti Silva	1.548.634 SSP-PE.	Rua Maria Izabel, 330 – Timbi – Camaragibe –PE.
Josemar Joaquim de Lima	4.587.625 SSP-PE.	Av. Belmino Correia, S/n – Centro – Camaragibe –PE.
Josenilson Mariano Andrade	2.605.343 SSP-PE.	Rua Hilton Mendes, 101 – Tabatinga – Camaragibe –PE.
Julio Cesar Pastor Lima	7.812.539 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 01 – Centro – Camaragibe –PE.
Levy Cintra Nabuco	5.927.429 SSP-PE.	Rua Vera Cruz, s/n - Alberto Maia – Camaragibe –PE.
Leogevidlo Bernardo Santos	3.599.622 SDS-PE.	Rua Carmelo Alves de Brito, 12-A - Centro – Camaragibe –PE.
Luiz Gonzaga Oliveira	1.472.523 SSP-PE.	Rua Ant. Tereza Conceição, 314 D - Vila Fabrica – Camaragibe-PE.
Lyvi Giselle Silva Souza	8.056.574 SDS-PE	Rua Oscar Silva Figueiredo, 60 – Bairro Novo – Camaragibe –PE.
Maria de Fátima A.Santos	3.673.302 SSP-PE.	Rua Maria Izabel de Santana, 13 – Timbi – Camaragibe –PE.
Manoel Albino da Silva	6.430.291 SSP-PE.	Rua Severino Gomes da Silva, 43 – Centro – Camaragibe –PE.
Marcia Maria R. da Silva	2.958.217 SSP-PE.	Rua Antonio do Monte Santana, 856 – Centro – Camaragibe –PE.
Mércia Micheline da Silva	5.595.028 SSP-PE.	Rua dos Querubins, 07 – Centro – Camaragibe –PE.
Marcos Pereira de Lima	4.237.479 SSP-PE.	Rua Severino Gomes, 475 – Centro – Camaragibe –PE.
Nivaldo do Nascimento	617.281 SSP-PE.	Av. Belmino Correia, 1146 – Centro – Camaragibe –PE.

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM – CNPJ. 02.649.881/0001-00

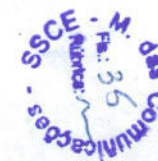


Paulo Cesar Freitas	3.253.472 SSP-PE.	Rua das Tulipas, 07 – Centro – Camaragibe –PE.
Paulo Gomes Ferreira	2.485.107 SSP-PE.	Rua José Cavalcante Borba, 746 – Centro – Camaragibe –PE.
Renato da Silva Bezerra	6.989.398 SDS-PE.	Rua João Costa , 56 – Vila da Fábrica – Camaragibe –PE.
Rivaldo Borba Ferreira	722.664 SSP-PE.	Rua Antonio Albuquerque, 02 - Vila Fabrica – Camaragibe –PE.
Rosana Freitas Gonçalves	4.518.353 SSP-PE.	Rua das Tulipas, 07 – Bairro Novo – Camaragibe –PE.
Sael Soares de Lima	1.562.814 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 01 – Centro – Camaragibe –PE.
Sarah Jéssica Lima	7.587.037 SSP-PE.	Rua das Margaridas, 07 – Centro – Camaragibe –PE.
Sebastiana Arruda Almeida	2.138.757 SSP-PE.	Rua Elísio Anselmo Costa, 68 C – Centro – Camaragibe –PE.
Severino Gomes da Silva	979.703 SSP-PE.	Rua José de Andrade, 81 B – Timbi – Camaragibe –PE.
Sebastião Francisco Silva	697.386 SSP-PE.	Av. Pernambuco, 421 - Bairro dos Estados – Camaragibe –PE.
Severino Luiz Alves	3.708.848 SSP-PE.	Rua Ary de Oliveira, 241 – Alto da Boa Vista – Camaragibe –PE.
Silvio Gleisson Bezerra	4.496.430 SSP-PE.	Rua São Francisco de Assis, 80 – Tabatinga – Camaragibe –PE.
Silvio Santana Valentim	6.313.579 SSP-PE.	Rua São Roberto, 405 – Centro – Camaragibe –PE.
Valéria M. Vieira da Silva	5.567.685 SSP-PE.	5ª Trav. Teófila de Melo, 346 – Centro – Camaragibe –PE.
Wendreson Alves dos Santos	5.614.853 SSP-PE.	Rua Severino Rodrigues, 565 – Centro – Camaragibe –PE.
Wallenberg Alves Santos	7.189.483 SSP-PE.	Rua Oscar Figueiredo, 692 – Centro – Camaragibe –PE.



ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO
Fundação de Cultura e Esportes	01.947.273/0001-00	Av. Belmino Correia, 2340 – Timbi – Camaragibe-PE.
Associação Artística e Cultural	11.288.622/0001-83	Rua 13 de Maio, 20 Bairro dos Estados – Camaragibe-PE.
Paróquia São Pio X	01.735.621/0001-86	Av. Belmino Correia, s/n – Centro – Camaragibe – PE.
Conselho Moradores do Timbi	03.492661/0001-70	Rua Damião Pedro da Cruz, 35 D – Timbi – Camaragibe-PE.
Federação Carnavalesca – FAAC	11.870.169/0001-19	Rua Ary de Oliveira Peter, 277 – Boa Vista – Camaragibe – PE.
Associação dos Romeiros - ARCA	11.288.622/0001-83	Av. Pernambuco, 421 – Bairro dos Estados – Camaragibe- PE.
Centro de Arte e Cultura Camará	02.475.984/0001-00	Rua Ary de Oliveira Peter, 241 – Vila da Fábrica – Camaragibe – PE.
Conselho de Moradores Bairro Estado	11.288.622/0001-83	Rua 13 de Maio, 20 – Bairro dos Estados – Camaragibe-PE.
Academia Camaragibense de Letras-ACL	05.421.299/0001-71	Rua das Casuarinas, 15 – Centro – Camaragibe –PE.
Sindicato dos Feirantes de Camaragibe	41.230.574/0001-33	Rua Eliza Cabral de Souza, s/n – Centro – Camaragibe – PE.

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM – CNPJ. 02.649.881/0001-00





LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

01649881000100

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Portaria de Autorização nº 124 de 05/4/00 Publicada no D.O.U de 11 de 04 de 2000

Decreto Legislativo nº 389 de 2001 Publicado no D.O.U de 08 de 10 de 2001

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

RUA SEVERINO GOMES DA SILVA 43 1º AN

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

CAMARAGIBE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

PE

UF

08° 01' 21" S 34° 58' 56" W

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

RUA SEVERINO GOMES DA SILVA 43 1º AN

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

CAMARAGIBE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

PE

UF

08° 01' 21" S 34° 58' 56" W

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

RUA SEVERINO GOMES DA SILVA 43 1º AN

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

CAMARAGIBE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

PE

UF

08° 01' 21" S 34° 58' 56" W

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

08° 01' 21" S 34° 58' 56" W

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
AVAD CORREA EQUIPT ELETRÔNICOS LTDA
MODELO
SP 5025
POTÊNCIA DE FABRICA
25,0 watts
Nº HOMOLOGAÇÃO
05698-528
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
25,0 watts
FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO
98,5 MHz
POTÊNCIA MEDIDA
25,0 watts
FREQUÊNCIA MEDIDA
98,5 MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

NÃO TEM

FABRICANTE
MODELO
POTÊNCIA DE FABRICA
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO
POTÊNCIA MEDIDA
FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO
FREQUÊNCIA MEDIDA
Nº HOMOLOGAÇÃO

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☐

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA
AVAD CORREA EQUIPT ELETRÔNICOS LTDA
MODELO
PTO DB
GANHO max (Gt)
00,0
ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO
28,0 m
ALTURA DA TORRE
28,0 m
ALTITUDE DO LOCAL
41,0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE
KMP PIRELLI
MODELO
RG 213 U
COMPRIMENTO (L)
25,0 m
ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)
6,8 dB
PERDAS NA LINHA (PL)
1,4 dB
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)
0,68

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

$E(dBu) = 89,3 dBu$ e portanto dentro dos limites do contorno de $90 dBu$ exigido em lei.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

① Wattímetro da Bipe
② Frequencímetro Gama 2,4 GHz

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

ANTONIO PADUA MOURA VERAS BEZERRA

ENDEREÇO

AV GUARARAPES 384 BLOCO B APT 201

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

JD ATLANTICO

CIDADE

UF

OLINDA PE

REG.CREA

FORMAÇÃO

855 D/DF ENG ELETRÔNICO

CEP

TELEFONE

FAX

53140-060 81-84411614

E-MAIL

VERASAMV@HOTMAIL.COM

LOCAL

DATA

OLINDA-PE 10/01/2012

ASSINATURA

Engº Antônio de Pádua M. Veras Bezerra
CREA 855 D/DF

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

016 341461224-2

16/JAN/2012

HORA DE 15:13:48

LOT. 15.07196-5

TERM 039608

LOCALIDADE: RECIFE

AG. VINCULADA: 0045

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 26/01/2012

VALOR DO PAGAMENTO: 33,00

0019458611 21002045710
00066867219 4 52240000003300

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

016-341461224-2

VIA DO CLIENTE

Local de Pagamento ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO					Vencimento 26/01/2012
Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO					Agência / Código do Cedente 3108-9 / 90506-2
Data Documento 16/01/2012	Número Documento 00000000224866201	Espécie Doc. DP	Aceite S	Data Processamento 16/01/2012	Nosso Número 10020457100066867
Uso da Empresa	Carteira 18	Espécie R\$	Quantidade 1	Valor	(=) Valor do Documento 33,00
SR. CAIXA NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Referente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°.204571 Após o vencimento esse boleto não poderá ser reimpresso, sendo necessário o preenchimento de uma nova ART A ART deve ser paga antes da conclusão da Obra/Serviço 086.653.891-72 ANTONIO DE PADUA MOURA VERAS BEZERRA					(-) Outras Deduções 0,00
					(+) Multa 0,00
					(+) Juros 0,00
					(=) Valor Cobrado 33,00
Sacado 086.653.891-72 ANTONIO DE PADUA MOURA VERAS BEZERRA					
Sacador / Avalista Autenticação Mecânica					



Autenticação Mecânica



N. Recibo: 10020457100066867
CPF/CNPJ: 086.653.891-72
Nome: ANTONIO DE PADUA MOURA VERAS BEZERRA
Vencimento: 26/01/2012
R\$ Total: 33,00
Referente à: Referente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°.204571
Após o vencimento esse boleto não poderá ser reimpresso, sendo necessário o preenchimento de uma nova ART

Autenticação Mecânica

A ART deve ser paga antes da conclusão da Obra/Serviço

(Via do CREA-PE)

**CREA-PE**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Pernambuco

F.Q.AC. 01.02

ART N.º 01-0204571

CONTRATADO

1. Nº Registro UF N°	NE (D/TD) TP (P/D)	2. Nº Visto	3. Nome do Profissional
4. Título Profissional	5. Nº do CPF	6. E-mail	7. Telefone
8. Logradouro	Nº	Compl.	Bairro
			Cidade
9. Nome da Empresa Contratada	10. Nº Registro	11. Nº Visto	12. Telefone/Fax

CONTRATANTE

13. Nome do Contratante	14. CPF ou CNPJ	15. Telefone/Fax
16. Logradouro	Nº	Compl.
Bairro	Cidade	UF
		CEP

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

17. Nome do Proprietário	18. CPF ou CNPJ
19. Logradouro	Nº
Bairro	Cidade
	UF
	CEP

CONTRATO

20. Resumo do Contrato. Descrição da Obra e / ou Descrição do Serviço contratado				
21a. Nº do Contrato	21b. Valor da Obra, Serviço ou Contrato (R\$)	21c. Valor dos Honorários (R\$)	21d. Quantidade	21e. Unidade
22. Período Previsto do Contrato		23. Referência da ART		
/ / a / /		Obra <input type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Cargo / Função <input type="checkbox"/>		
Declaro que os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, que estejam aqui anotados, de minha responsabilidade técnica, atendem às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto número 5.296/2004.				

ASSINATURAS

24. Local e Data	25. Profissional	26. Contratante
- É indispensável a assinatura do profissional e do contratante - Este documento anota perante o CREA-PE, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal, realizado entre as partes. (Lei Federal 6.496/77)		

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROFISSIONAL

Objeto	Class. Atividade	Nível	Quantidade	Unidade	Objeto	Class. Atividade	Nível	Quantidade	Unidade
27.					31.				
28.					32.				
29.					33.				
30.					34.				
35. Descrição complementar da Obra / Serviço									
36. Participação Técnica		37. Tipo de Anotação		38. Regime de Trabalho		39. Opção pela Entidade de Classe			
() Co-autor		() Normal		() Regularização		() Empregado			
() Co-Responsável		() Substituição		() Sub-empregada		() Empregador			
() Individual		() Complementação		() Sub-regulação		() Autônomo			
() Equipe						() Empregado Empresa Pública			
40. Vinculada a ART Nº					41. Do Profissional (Nome ou Nº do Registro)				

42. Esta ART regulariza: (Marcar X na opção)	43. Valor da Taxa (R\$)
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Notificação <input type="checkbox"/> Auto de Infração	Nº

IMPORTANTE: O preenchimento desta Solicitação de Registro de ART é de inteira responsabilidade do profissional.

Versão 1.0 - Recife e 2ª Atualização (CREA-PE) 3ª Edição (Atualizada) - Junho 2011 - Formulário - Revisão: 07/12/2005

00-058120/2011-23/pg. 44




Camaragibe(PE), 12 de janeiro de 2012

Ilmos Srs
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R , 3º andar
70044-900 Brasília- DF

Senhor Coordenador Geral,

Vimos pela presente apresentar o Certificado de Homologação do nosso equipamento de radiodifusão comunitária da Teletronix, fabricado pela AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA modelo SP 5025 código de homologação 0680-03-528 atualizado e validade indeterminada relativo ao Laudo de ensaio do respectivo transmissor, tendo em vista alegações de vários fabricantes que o mesmo substitui tecnicamente o referido Laudo. Aqui ficamos no aguardo da análise da nossa documentação e atentos a quaisquer novas exigências deste Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,



ENG. ANTONIO DE PADUA MOURA VERAS BEZERRA
CREA 855D/DF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES



Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **0680-03-0528**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **12/02/2009**

Fabricante:

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

PRAÇA DA PIRÂMIDE 90 CENTRO EMPRESARIAL, PREF. PAULO F. DE TOLEDO ARCO IRIS

37540-000 - SANTA RITA DO SAPUCAI - MG

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 183, emitido pelo OCD - ACTA - Supervisão Técnica Independente. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

SP5025

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,4 a 108,0	25,0	180KF8E
87,4 a 108,0	25,0	286KF8E

Potência de saída redutível até 8 W.

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Observações:

Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 13/06/2003.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente Geral de Certificação e
Engenharia do Espectro



SEDEX

SX 92257941 9 BR



DESTINATÁRIO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 SEC. DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS DE P. DE OUTORGA
 DE SERVIÇOS

FONE

ENDEREÇO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO R, ED. ANEXO ALA OESTE SALA 300

CIDADE

BRASÍLIA

UF

DF

CEP

70044-900

REMETENTE

ANA FLÁVIA RODRIGUES LIMA
 SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM-81-9103
 6052

FONE

81-9103 6052

ENDEREÇO

RUA SEVERINO GOMES DA SILVA, 43 1º andar
 CENTRO

CEP

54762-580

CIDADE

CAMARÁ

UF

PE

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se
☐ Recusado
☐ Desconhecido
☐ Não procurado
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o número indicado
☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª: _/_/_ às _ h.

2ª: _/_/_ às _ h.

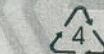
3ª: _/_/_ às _ h.

CAR

UNIDADE EN

Rubrica do responsável

Visto



Material reciclável "RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058120/2011

Localidade/UF: CAMARAGIBE/PE

Entidade: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

Aviso: 0 Canal: 0

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas

Sim

3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no

Sim

4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro

Sim

5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo

Sim

6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as

Sim

7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item

Sim

8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o

Sim

9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente

Não

10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?

Sim

11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de

Não

12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando

Sim

13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13

Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo encaminhado para a área técnica.

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação:

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea a do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro ?A? do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tendo em vista que o mandato relativo à última diretoria se expirou em 10/05/2012;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

É o Relatório.



Natália Froemming

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058120/2011

Localidade/UF: CAMARAGIBE/PE

Entidade: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

Aviso: 0 Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Sim

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
Processo encaminhado para a área técnica.
16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)
A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação:
I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea a do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:
a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e
d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro ?A? do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tendo em vista que o mandato relativo à última diretoria se expirou em 10/05/2012;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes.

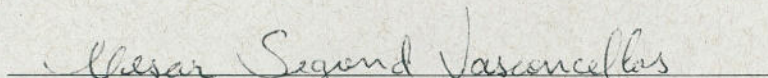
V. Comprovante de residência de todos os dirigentes. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

É o Relatório.


Cesar Segond Vasconcellos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2888/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.058120/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.058120/2011, encaminhado pela **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Camaragibe / PE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tendo em vista que o mandato relativo à última diretoria se expirou em 10/05/2012;

NF/CSV/53000.058120/2011/CGRC

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com a subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

IX. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1 da Norma nº 1/2011 ;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.


5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.


Brasília, 14 de dezembro



de 2012.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

Brasília, 14 de dezembro de 2012.


CESAR SEGOND VASCONCELLOS
Analista / Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2888/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de dezembro de 2012.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 4492 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de dezembro de 2012.

Ao Senhor

Representante Legal

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
Rua Severino Gomes da Silva, 43, 1º andar
54.762-580 Camaragibe – PE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058120/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058120/2011**, na localidade de **Camaragibe / PE**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2888/2012**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

Aut. Decreto Federal nº 19.963 D.O.U. 23/10/01

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br



SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Documentação em resposta ao ofício nº 4492\2012\CEGC\SCE-MC,
de 26/12/2012

Processo nº: 53000.058120\2011

Local: Camaragibe UF:PE.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 005128/2013-59

SEAPASCE

01/02/2013-08:21

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências constadas no requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITARIA CAMARÁ FM**, solicito prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, pois em razão de que, devido às exigências da Prefeitura Municipal de Camaragibe, solicitando renovação do parecer dos bombeiros, bem como, do laudo de ensaio do transmissor que é emitido pelo fabricante ultrapassarem o prazo final para entrega de documentação solicitada por esta Secretaria que finaliza dia 07 de Fevereiro de 2013, desta forma não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

Camaragibe, 30 de Janeiro de 2013.

SARAH JÉSSICA ROMUALDO SOARES DE LIMA
CPF. 080.817.684-67

Endereço para correspondência Rua Severino Gomes da Silva, 43 – 1º
andar, na cidade de Camaragibe, Estado Pernambuco, CEP
54.759-360

Telefone para contato: 081 – 3456.1316 – 9508.6099

Correio eletrônico (e-mail): contato@camarafm.com.br

searc



DESTINATÁRIO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - RADCOM

FONE

61-3311.6281

ENDEREÇO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - Bloco R, 3º ANDAR

CIDADE

Brasília

UF

DF

CEP

70044-900

REMETENTE

SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CANGAÇU

FONE

81-3456.1316

ENDEREÇO

RUA DECELIANO GOMES DA SILVA 43
1º ANDAR - CENTRO

CEP

54762-580

CIDADE

Recife

UF

PE

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudouse
- ☐ Recusado
- ☐ Desconhecido
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª. ___/___/___ às ___h.
2ª. ___/___/___ às ___h.
3ª. ___/___/___ às ___h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM
Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580
C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.
www.camarafm.com.br
email: contato@camarafm.com.br



Camaragibe, 01 de Março de 2013

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços,

Assunto: Documentação em resposta ao ofício nº 4492/2012/CGRC/SCE-MC de 26/12/2012.

Processo nº 53000.058120/2011

Local: Camaragibe UF:PE.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 011993/2013-34

SEAPASCE
15/03/2013-09:53

Prezado Senhor,

Em resposta a solicitação de V.Sa., através do ofício supra citado, estamos encaminhando documentação da nossa entidade **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**.

Atenciosamente,

Sarah Jessica Romualdo Soares de Lima
CPF. 080.817.684-67

Endereço para correspondência:
Rua Severino Gomes da Silva, 43 – 1º andar – Centro – Camaragibe – PE.
CEP – 54762-580
Telefones para contato: 081 – 3456.1316 – 9508.6099
Correio eletrônico (e-mail): contato@camarafm.com.br



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br



- CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL
- ATA DE ELEIÇÃO
- DECLARAÇÕES
- LAUDO DE ENSAIO.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.649.881/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/07/1997
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SEVERINO GOMES DA SILVA	NÚMERO 43	COMPLEMENTO 1 ANDAR	
CEP 54.762-580	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO NOVO	MUNICÍPIO CAMARAGIBE	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **02/03/2013** às **18:20:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
CNPJ: 02.649.881/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços < <http://www.receita.fazenda.gov.br> > ou < <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 18:13:45 do dia 02/03/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/08/2013.

Código de controle da certidão: **4B57.2051.3944.227C**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
AS DE TERCEIROS

Nº 000182013-15001881

Nome: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 22/01/2013.

Válida até 21/07/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2013.000000342401-52

Data de Emissão: 10/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **09/04/2013** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02649881/0001-00
Razão Social: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
Nome Fantasia: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
Endereço: R SEVERINO GOMES DA SILVA 43 1 ANDAR / AREEIRO /
CAMARAGIBE / PE / 54762-580

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/02/2013 a 09/03/2013

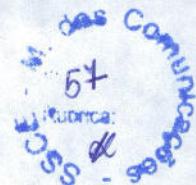
Certificação Número: 2013020806115222094068

Informação obtida em 02/03/2013, às 02:25:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE CAMARAGIBE
COORDENADORIA GERAL DE TRIBUTOS E RENDAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



C E R T I D ã O N E G A T I V A

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO 20130015940 E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CERTIFICO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE DOS LANÇAMENTOS EXISTENTES O CONTRIBUINTE DE QUE TRATA A PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ QUITE COM O ERÁRIO MUNICIPAL.

TIPO DO TRIBUTO	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E TAXAS DE LICENÇA
INSCRIÇÃO NO CMC	017.249-9
CPF / CNPJ	02.649.881/0001-00
CONTRIBUINTE	SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
ENDEREÇO	RUA SEVERINO GOMES DA SILVA 43-A BAIRRO NOVO DO CARMELO
ATIVIDADE	S9430-8/000- ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREIT

ESTA CERTIDAO É VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE SE RESERVA O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER DIVIDAS QUE PORVENTURA VENHAM A SER APURADAS POSTERIORMENTE RELATIVAS AO PERÍODO A QUE SE REFERE A PRESENTE CERTIDÃO.

CAMARAGIBE, 25 DE FEVEREIRO DE 2013



Veralúcia Soares dos Santos
Veralúcia Soares dos Santos
Mat. 0.0000407



REGISTRO GERAL DE IMÓVEL - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS

TITULAR: Bel. MAURO SOUZA LIMA - Substituta: MAURENICE LIMA LOPES

Rua das Margaridas, n.º 59, Centro, Camaragibe - PE - CEP 54.759-360 - Fones (81) 3458.2069/3458.1202

CERTIDÃO

MAURO SOUZA LIMA, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES E DE PESSOAS JURÍDICAS, DESTA COMARCA DE CAMARAGIBE, ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI, ETC...

CERTIFICO, que no dia 30 de janeiro de 2013, foi registrado no Livro "A-1" de REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS, sob o n.º 4474, às fls. 079, a Ata da Assembléia Geral para eleição e posse dos membros da diretoria executiva, conselho fiscal e conselho comunitário da sociedade Radio Comunitária Câmara FM, representada por Sarah Jéssica Romualdo Soares de Lima, CPF/MF: 080.817.684-67, Emolumentos R\$ 6,85 e TSNR R\$ 1,37. O referido é verdade; dou fé.



válido somente
com selo de
Autenticidade e
Fiscalização

Camaragibe, 30 de janeiro de 2013.

- () Titular - Mauro Souza Lima
(X) Substituta - Maurenice Lima Lopes
() Substituta - Mônica Galdo Lima





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO COMUNITARIO DA SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARÁ FM – CAMARAGIBE-PE.

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e doze, reuniram-se na rua Severino Gomes da Silva, 43 – 1º andar – Centro – Camaragibe – PE., na sede da entidade, amplamente divulgada conforme estabelece o art. 10 parágrafo 2º do Estatuto que rege esta entidade, com o único e principal objetivo de **eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva**, bem como dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Iniciado às 19h30, com quorum suficiente para o inicio do pleito, foi dada a abertura dos trabalhos pela sra. Ana Flávia que ao usar a palavra enumerou os passos dados neste último ano em relação a renovação da outorga da nossa entidade. No mês de Março de 2011, recebemos ofício de nº 1269/2011/RADCOM/DEOS/SCE-MC, solicitando documentação e, no mês de Novembro de 2011, nos foi enviado o ofício nº 7013/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, especificamente sobre a renovação de outorga solicitando documentação estabelecida através da publicação da Norma 1/2011, que regerá todo o processo de renovação, foi uma tremenda correria, relembra, mas que teve a colaboração e o empenho de todos para que, em tempo hábil mandássemos toda a documentação necessária exigida, agora é só guardar a resposta do Ministério das Comunicações, para renovação de igual período, para assim darmos continuidade ao processo de interligar a cidade de canto á canto com muita informação, entretenimento e prestação de serviços, concluiu. Neste momento, foi franqueada a palavra aos demais presentes, a Jornalista Sarah Jéssica falou sobre a força que a ala jovem da Camará está implantando na emissora, com um novo formato dado á comunicação popular, e com a inclusão da rádio nas mídias sociais expandi-se e se integra a todas as formas de comunicar, finalizou. Após vários pronunciamentos calorosos foi dado início ao processo de votação, **lançada chapa única, eleita por unanimidade, para o período de 2012 a 2016**, ficando assim constituída:

Presidente:

Sarah Jéssica Romualdo Soares de Lima
Sarah Jéssica Romualdo Soares de Lima, brasileira, solteira, jornalista, residente á rua das Margaridas, 01 – Centro – Camaragibe – PE., RG. 7587037 SDS-PE., CPF. 080.817.684-67.

Secretária:

Valéria maria Vieira da Silva
Valéria Maria Vieira da Silva, brasileira, solteira, estudante, residente á 5ª travessa Teófila de Melo, 346 - Centro – Camaragibe – PE., RG. 5.567.685 SSP-PE., CPF. 043.092.734-75.

**Tesoureiro:**

José Ademir Xavier, brasileiro, solteiro, locutor, residente á rua dos Alecrins, nº 25 - Centro - Camaragibe - PE., RG. 3.342.426 SSP-PE., CPF.667.417.184-00

Diretor de Cultura:

Nivaldo do Nascimento, brasileiro, casado, aposentado, residente á av. Belmino Correia, 1146 - Centro - Camaragibe - PE., RG. 617.281 SSP-PE., CPF. 054.697.754-53.

CONSELHO FISCAL

Adilso Alves de Souza, brasileiro, casado, contabilista, residente á rua Paraná, 293 - Alto da Boa Vista - Camaragibe - PE., RG. 1.183.116 SSP-PE., CPF. 126.283.444-91.

Josenilson Mariano de Arruda, brasileiro, casado, eletricista, residente á rua Hilton Mendes Barbosa, 101 Tabatinga - Camaragibe - PE., RG. 2.605.343 SSP-PE., CPF. 532.038.604-49.

Andre Gustavo da Silva, brasileiro, solteiro, professor, residente á rua das Margaridas, 07 - Centro - Camaragibe - PE., RG. 5.956.430 SSP-PE., CPF. 040.855.954-31.

SUPLENTES

Henrique Mendes Dias, brasileiro, solteiro, estudante, residente á rua Vera Cruz, 176 - Alberto Maia - Camaragibe - PE., RG. 6.383.582 SDS-PE., CPF. 074.426.204-69.

Maria Eduarda R. de Carvalho, brasileira, solteira, fotografa, residente á rua Monte Santana, 856 - Centro - Camaragibe - PE., RG.8.467.192 SSP-PE., CPF. 093.238.064-63.

Andre Agostinho da Silva, brasileiro, solteiro, produtor cultural, residente á rua José Cavalcanti Borba, 12 - Centro - Camaragibe - PE., RG. 3.997.729 SSP-PE., CPF. 857.513.914-20.

CONSELHO COMUNITARIO

ENTIDADE: PARÓQUIA PIO X

CNPJ: 01.735.621/0001-86

Representante Legal: Pe Josemar Joaquim de Lima
Josemar Joaquim de Lima, brasileiro, solteiro, pároco, residente á Av. Belmino
Correia, s/n – Centro – Camaragibe-PE., RG. 4.587.625 SSP-PE. CPF.
890.375.884-68.

**ENTIDADE: FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE
CAMARAGIBE**

CNPJ: 01.947.273/0001-00

Representante Legal: Luiz Carlos Lemos de Souza
Luiz Carlos Lemos de Souza, brasileiro, casado, funcionário público, residente
á Rua Manoel Couto s/n – Est. Aldeia Km-10– Camaragibe-PE., RG. 811.231
SSP-PE. CPF. 101.299.364-72.

**ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL METROPOLITANA
DE PERNAMBUCO**

CNPJ: 11.288.622/0001-83

Representante Legal: Clemilson Capitolino do Nascimento
Clemilson Capitolino do Nascimento, brasileiro, casado, comerciante, residente
á rua 13 de Maio, 20 – Bairro dos Estados – Camaragibe-PE., RG. 4.587.625
SSP-PE. CPF. 890.375.884-68.

ENTIDADE: CONSELHO DOS MORADORES DO TIMBI E ADJACÊNCIAS

CNPJ: 03.492.661/0001-70

Representante Legal: Severino Gomes da Silva
Severino Gomes da Silva, brasileiro, casado, aposentado, residente á rua José
Andrade, 81 B – Timbi – Camaragibe-PE., RG. 979.703 SSP-PE. CPF.
147.319.914-04.

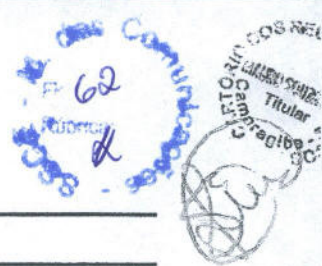
**ENTIDADE: FEDERAÇÃO DAS AGREMIÇÕES CARNAVALESCAS DE
CAMARAGIBE**

CNPJ: 11.870.169/0001-19

Representante Legal: Carlos Henrique Araujo Santana
Carlos Henrique Araujo Santana, brasileiro, casado, almoxarife, residente á
Av. Pierre Collier, 415 – Vila da Fábrica – Camaragibe-PE., RG. 5.044.703
SSP-PE. CPF. 025.149.574-16.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião que vai
devidamente datada e assinada. Camaragibe, 11 de Maio de 2012.





Valéria Maria Viana da Silva

~~João da Silva~~
~~João da Silva~~

Marina Eduarda Romualdo de Carvalho

~~João da Silva~~
~~João da Silva~~

Paulo Gomes Ferreira

~~João da Silva~~

~~João da Silva~~
~~João da Silva~~

Juliana Cesarina

Marina A. Silva

Guilherme Gomes da Silva

Sarah Jessica Romualdo S. de Lima

Henrique Mendes Diniz

~~João da Silva~~

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO SANTANA

~~João da Silva~~ (M. N. B. / P. C.)

~~João da Silva~~

André Gustavo da Silva Barbosa

~~João da Silva~~



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e em respeito às Normas do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que, todos os diretores eleitos da **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**, abaixo assinados, se comprometem ao fiel cumprimento das Normas estabelecidas pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Sarah Jéssica R.S. de Lima
Presidente

Valéria Maria Vieira da Silva
Secretário

João ...
Tesoureiro

[Assinatura]
Diretor de Cultura

Conselho Fiscal

[Assinatura]
Henrique Mendes Dias
André Apóstolo da Silva
Maria Eduarda R. Carvalho
João Manoel Andrade
André Gustavo do S. Barbosa

Conselho Comunitário

[Assinatura]
CARLOS HENRIQUE SANTANA
Severino Gomes da Silva
[Assinatura]
[Assinatura]



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM
Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580
C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.
www.camarafm.com.br
email: contato@camarafm.com.br



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e em respeito às Normas do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que, a **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**, não tem como integrante no seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Sarah Jessica Romualdo Soares de Lima
Presidente



SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580

C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.

www.camarafm.com.br

email: contato@camarafm.com.br



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e em respeito às Normas do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que, todos os dirigentes da **SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM**, residem na área da comunidade atendida pela estação.

Sarah Jessica Romualdo Soares de Lima
Presidente

66
RUBRICAS

RELATÓRIO DE ENSAIO TÉCNICO (LAUDO DE ENSAIO)

EXAME DO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR DE FM SP5025 AGILE NA FREQUENCIA DE 98,5 MHz, AJUSTADO PARA A POTENCIA DE 25W, COM MODULAÇÃO EM FREQUÊNCIA.

Observação os itens estão numerados de acordo com a Resolução 067/98, de 12 de novembro de 1998.

9.4.1 – Interessado: Sociedade Radio Comunitária Câmara FM

Endereço: Rua Severino Gomes da Silva, 43 – 1º andar – Bairro Novo – Camaragibe / PE CEP: 54762-580

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Emissora designada: A mesma

9.4.2 – Ensaio:

Motivo: ☐ Fabricação/Instalação ☐ outro

Modelo: SP5025 Agile

CATEGORIA: 2B

Nº de Homologação na ANATEL: 0680-03-0528

Local do Ensaio: Av. Embaixador Bilac Pinto, nº 973, Santa Rita do Sapucaí / MG – CEP 37540-000

Data: Trinta de janeiro de 2013

9.4.3 – Fabricante: AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

Endereço: Av. Embaixador Bilac Pinto, nº 973, Santa Rita do Sapucaí / MG – CEP 37540-000

CGC: 01.377.889/0001-93

9.4.3.1 – Características Gerais

> Equipamento	Transmissor de FM
> Modelo	SP5025Agile
> N° de Série	2838/B
> Potência de saída de RF	25W (Ajustado no painel frontal, mediante retirada de jumper interno que é posteriormente lacrado, acesso restrito ao menu configurações, protegido por senha. Estas informações também se encontram no manual de operação.)
> Tipo De Emissão	180KF3EGN 256KF8EHF
> Impedância De Saída	50Ω - desbalanceada
> Número De Canais	1 por programação interna
> Tensão De Alimentação	110 - 220 Vac
> Frequência	98,5 MHz
> Geração de Frequência	Sintetizada
> Consumo máximo	55 watts @ 25W cte. RF
> Dimensões e peso	Largura : 482[mm] Altura: 44[mm] Profundidade : 450[mm] Peso líquido : 4 Kg

Responsável Técnico
ENG. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 01 de 07

9.4.3.2 – Impedância de entrada de áudio

Impedância de Entrada de SCA desbalanceada:	10kΩ - conector BNC fêmea
Impedância de Entrada de Banda Básica desbalanceada:	10kΩ - conector BNC fêmea
Impedância de Saída de RF:	50Ω - conector UHF fêmea

9.4.3.3 – Nível de entrada de áudio

Nível de entrada de SCA para 75kHz ou 100% de desvio:	0 dBm
Nível de entrada de Banda Básica para 75kHz ou 100% de desvio:	0 dBm / 2,2Vpp

9.4.4 – Função do Transmissor:

Transmissor principal ☐ Transmissor reserva ☐

9.4.5 – Medições

9.4.5.1 – Frequência

a) Frequência nominal:

Frequência Nominal:	98,5 MHz
---------------------	----------

b) Medida de frequência feita em ambiente normal:

Frequência:	98.500.054 MHz
-------------	----------------

c) Variação máxima da frequência

Por variação de Tensão e Temperatura, Simultaneamente:

Temperatura	Tensão de Alimentação (Vac)	Tolerância de Frequência Hz
25°	220 + 10% = 242	98.500.127
25°	220 - 10% = 198	98.500.005

Instrumental Utilizado no item 9.4.5.1

- Frequency Counter Marca: HP 53181A; NS:3736AO5161
- Multímetro digital Marca Fluke Modelo:117; NS:13531036
- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
- Carga fantasma Marca Bird,Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- GPS Time Frequency: Modelo: 58503B, NS:KR84600104; EQ051

Responsável Técnico:
Eng. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 02 de 07

9.4.5.2 – Resposta de audiofrequência.

Resposta de Áudio @ Frequências de 50 a 15.000 Hz:

Resposta de Áudio de 50 a 15.000 Hz, com Pré-ênfase de 50µS

Frequência (Hz)	25% de Modulação 18,75kHz	50% de Modulação 37,5kHz	100% de Modulação 75kHz
50	-1,7	-1,7	-1,9
100	-1,0	-0,9	-1,1
400	-0,3	-0,2	-0,4
1000	0	0	0
5000	6,0	6,2	6
7500	8,1	8,0	7,9
10000	9,3	9,4	9,3
15000	8,1	8,6	8,6

- Para estas medidas, houve sobremodulação (modulação acima de 100kHz) devido à atuação da Pré-ênfase, cabe aos equipamentos de áudio (processador de áudio) evitar a sobremodulação.

9.4.5.3 – Distorção Harmônica de áudio

Distorção Harmônica de Áudio Mono de 50 a 15.000 Hz, com Pré-ênfase de 75µS

Frequência (Hz)	25% de Modulação 18,75kHz	50% de Modulação 37,5kHz	100% de Modulação 75kHz
50	0,99	0,44	0,23
100	0,99	0,46	0,23
400	0,97	0,44	0,22
1000	1,00	0,48	0,23
5000	1,00	0,48	0,28
7500	1,00	0,47	0,23
10000	0,99	0,45	0,24
15000	0,99	0,49	0,24

- Para estas medidas, houve sobremodulação (modulação acima de ± 100 kHz) devido à atuação da Pré-ênfase, cabe aos equipamentos de áudio (processador de áudio) evitarem a sobremodulação.

Instrumental Utilizado nos itens 9.4.5.2 e 9.4.5.3

- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
- Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001
- Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341

9.4.5.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400Hz.

Valor Encontrado: 62 dB's abaixo do nível correspondente a 100% de modulação da portadora por um sinal senoidal de 400Hz.

Responsável Técnico:
ENG. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 03 de 07

9.4.5.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.

Valor Encontrado: 70 dB's abaixo do nível que represente 100% de modulação em amplitude.

Instrumental Utilizado nas medidas dos itens: 9.4.5.4 e 9.4.5.5

- > Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- > Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001
- Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- > Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341
- > Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072; WT009

9.4.5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios.

Emissões Superiores à Portadora sem modulação > Δf 600KHz:

Valores lidos até 1,8 GHz em (dB'S)

Frequência (Hz)	Para 25 [W]
2º. harmônico	≥ 57
3º. harmônico	≥ 57
4º. harmônico	≥ 57
5º. Harmônico	≥ 57
6º. harmônico	≥ 57
7º. harmônico	≥ 57
8º. harmônico	≥ 57
9º. harmônico	≥ 57
10º. harmônico	≥ 57

9.4.5.7 – Potência de saída

Potência da Portadora sem Modulação:

Tempo para leitura entre Máximo e Mínimo = 15 minutos

Designação	Especif.	Valor [W]			Variação Máx.	
		Medido			W	%
		-10% (198V)	Nom (220V)	+10% (242V)		
Ajuste	25W	25W	25W	25W	0	0

Obs: O equipamento possui um circuito de controle automático de potência.

9.4.5.8 – Consumo de Potência de Fonte:

POTÊNCIA [W]	CONSUMO [W]	RENDIMENTO [%]
25W	55W	45,00%

Responsável Técnico:
ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 04 de 07

Instrumental Utilizado nos itens 9.4.5.7 e 9.4.5.8

- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
- Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 - 840.0009.54; NS:847225/017
- Network Spectrum Analyser, Modelo: 4195A, NS:2904JO2370, Marca:HP
- Varivolt: Marca: JNG; NS:020306737
- Multímetro digital Marca Fluke Modelo:117; NS:13531036

9.4.6 – Informações específicas para estereofonia

9.4.6.1 – Gerador de estéreo.

Fabricante:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda.
Modelo:	Future 2002.

9.4.6.2 – Medições

9.4.6.2.1 – Frequência de subportadora piloto

Valor:	19.000 Hz
Variação máxima da frequência:	10 Hz

9.4.6.2.2 – Limites das variações da portadora principal pela subportadora piloto.
10kHz

9.4.6.2.3 – Separação estereofônica

Frequência Hz	Valores: (dB)
50	60
100	65
1000	70
5000	65
7500	62
10000	62
15000	61

9.4.6.2.4 – Diafonia

Frequência Hz	Valores: (dB)
50	60
100	65
400	70
1000	65
5000	62
7500	62
10000	62
15000	61

9.4.7 – Informações específicas para canais secundários

Não informado.

Responsável Técnico:
ENG. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/0
CPF 772 182-998-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 05 de 07

Instrumental Utilizado nos itens 9.4.6.2 a 9.4.6.2.4

- > Frequency Counter Marca :HP 53181A; NS:3736AO5161
- > GPS Time Frequency: Modelo:58503B, NS:KR84600104;EQ051
- > Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- > Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072; WT009
Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- > Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341
- > Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001

9.4.8 – Observações Visuais no Transmissor

9.4.8.1 – Placa de identificação



9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF

Medida de corrente contínua do coletor:	1,8 [A]
Medida de tensão contínua do coletor:	24 [V]
Medida de potência de saída incidente:	25 [W]
Medida de potência de saída refletida:	0 [W]

9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostras de RF, para:

- a) Modulação: ☐ sim.
b) Frequência: ☐ sim.

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança pessoal:

O transmissor não possui em nenhum ponto de tensão superior a rede de alimentação AC de 220 V. É concebido em forma de gabinetes em padrão Rack 19 polegadas, metálico e conectado ao terra. Não possui interruptores de segurança pois não há locais onde haja presença de alta tensão.

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor

Alarms

- > PLL;
- > Temperatura;
- > Sobre carga (Overload);
- > Potência refletida (Power reflected)

Responsável Técnico:
ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 06 de 07

9.4.9 – Declarações

9.4.9.1 – Declaração do profissional habilitado

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de sete folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso".

Santa Rita do Sapucaí – MG, 30 de janeiro de 2013



Rogério de Souza Correa
CREA: MG 65553/D
CPF: 772.182.996-87

9.4.9.2 – Parecer Conclusivo

"Para os fins previstos no regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável". O equipamento **SP5025Agile**, em referência, atende à Norma Técnica e à Resolução 067/98, de 12 de novembro de 1998.

OBS: o equipamento em questão, SP5025Agile, Ns. 2838/B, frequência de 98,5 MHz, fora ajustado para operar com 25Watts de potência.

Qualquer sinal de violação de qualquer dos lacres seja o interno, que limita o acesso ao menu de ajustes de frequência e potência, bem como os lacres das tampas do equipamento, anulará definitivamente a validade deste laudo, isentando o responsável técnico do mesmo, de qualquer responsabilidade sobre possíveis alterações no equipamento, relatadas neste laudo.

Santa Rita do Sapucaí – MG, 30 de janeiro de 2013



Rogério de Souza Correa
CREA: MG 65553/D
CPF: 772.182.996-87

Responsável Técnico:
ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772.182.996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
30 de janeiro de 2013
Folha 07 de 07



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201300000000965580

Via do Profissional
Página 1/1

1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Logradouro: RUA SEVERINO GOMES DA SILVA

Nº: 000043

Complemento: 1 ANDAR

Bairro: BAIRRO NOVO DO CARMELO

Cidade: CAMARAGIBE

UF: PE

CEP: 54762580

Contrato: ADMINISTRAÇÃO

Celebrado em:

Valor: 678,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: RUA SEVERINO GOMES DA SILVA

Nº: 000043

Complemento: 1 ANDAR

Bairro: BAIRRO NOVO DO CARMELO

Cidade: CAMARAGIBE

UF: PE

CEP: 54762580

Data de início: 30/01/2013 Previsão de término: 30/01/2013

Finalidade: OUTRO

Proprietário: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

CNPJ: 02.649.881/0001-00

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 AGILE NS 2838B AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUÊNCIA DE 98,5MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Rogério de Souza Correa de *30* de *Janeiro* de *2013*

ENG. ROGERIO DE SOUZA CORREA

ROGERIO DE SOUZA CORREA Nº 65553/0 RNP: 1406213675

CPF 772 182 996-87

SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CF CNPJ: 02.649.881/0001-00

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 31/01/2013

Valor Pago: 45,00

9. Informações

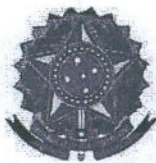
- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$3.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Nosso Número: 000000000931361



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201300000000965580

1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: **SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM**

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Logradouro: **RUA SEVERINO GOMES DA SILVA**

Nº: 000043

Complemento: **1 ANDAR**

Bairro: **BAIRRO NOVO DO CARMELO**

Cidade: **CAMARAGIBE**

UF: **PE**

CEP: 54762580

Contrato: **ADMINISTRAÇÃO**

Celebrado em:

Valor: **678,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA SEVERINO GOMES DA SILVA**

Nº: 000043

Complemento: **1 ANDAR**

Bairro: **BAIRRO NOVO DO CARMELO**

Cidade: **CAMARAGIBE**

UF: **PE**

CEP: 54762580

Data de início: **30/01/2013** Previsão de término: **30/01/2013**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM**

CNPJ: 02.649.881/0001-00

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 AGILE NS 2838B AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUÊNCIA DE 98,5MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Rogério de Souza Correa de *perneo* de *2013*

ENG. ROGERIO SOUZA CORREA

ROGERIO DE SOUZA CORREA Nº 65553/D RNP: 1406213675

CPF 772 182 996-87

SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CF CNPJ: 02.649.881/0001-00

Valor da ART: **45,00**

Registrada em: **31/01/2013**

Valor Pago: **45,00**

Nosso Número: **000000000931361**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$3.000,00.** ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201300000000965580

Via do Contratante
Página 1/1

Fig. 45
Rúbrica: *[assinatura]*

1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

Logradouro: RUA SEVERINO GOMES DA SILVA

Complemento: 1 ANDAR

Cidade: CAMARAGIBE

Contrato: ADMINISTRAÇÃO

Valor: 678,00

Celebrado em:

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

CNPJ: 02.649.881/0001-00

Nº: 000043

Bairro: BAIRRO NOVO DO CARMELO

UF: PE

CEP: 54762580

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: RUA SEVERINO GOMES DA SILVA

Complemento: 1 ANDAR

Cidade: CAMARAGIBE

Data de início: 30/01/2013 Previsão de término: 30/01/2013

Finalidade: OUTRO

Proprietário: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

Nº: 000043

Bairro: BAIRRO NOVO DO CARMELO

UF: PE

CEP: 54762580

CNPJ: 02.649.881/0001-00

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO

Quantidade:

Unidade:

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 AGILE NS 2838B AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUÊNCIA DE 98,5MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

[Assinatura] de *[Assinatura]* de 2013

ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA

ROGERIO DE SOUZA CORREA CREA-MG 65553/D RNP: 1406213675
CPF 772 182 996-87

SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CF CNPJ: 02.649.881/0001-00

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 31/01/2013

Valor Pago: 45,00

Nosso Número: 000000000931361

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$3.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732





SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM
Rua Severino Gomes da Silva, 43 1º andar Cep. 54.762-580
C.N.P.J.: 02.649.881/0001-00 – Camaragibe-PE.
www.camarafm.com.br
email: contato@camarafm.com.br



- DOCUMENTAÇÃO DIRIGENTES
- CERTIDÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7025802013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SARAH*JESSICA*ROMUALDO*SOARES*DE*LIMA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **SAEL SOARES DE LIMA** e **ANA FLAVIA ROMUALDO LIMA**, nascido(a) aos 26/02/1989, natural de CAMARAGIBE/PE, Documento de identificação 7587037 SDS/PE, CPF 080.817.684-67.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 0:39 de 02/03/2013



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇADIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3412-5911 (FAX) 3412-5409 e 3412-5917
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL**

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:
03/03/2013 01h37min

Data de Validade: 01/04/2013

Nº da Certidão: 518725/2013

Nº da Autenticidade: LW.MR.I6.DW.TC

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **SARAH JESSICA ROMUALDO SOARES DE LIMA**Documento Identificação: **7587037 SDS/PE**Data da Emissão: **24/05/2004**CPF: **080.817.684-67**Título de Eleitor: **0672785108-50**Nome do Pai: **SAEL SOARES DE LIMA**Nome da Mãe: **ANA FLAVIA ROMUALDO LIMA**Estado Civil: **Solteiro** Nacionalidade: **Brasileira**Dt Nascimento: **26/02/1989**Endereço Residencial: **RUA DAS MARGARIDAS, 01**Compl: **DUPLEX**Bairro: **CENTRO**Cidade: **Camaragibe/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300043001

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

SARAH JESSICA ROMUALDO SOARES DE LIMA

CPF: 080.817.684-67

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/01/2013 22:52:58

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000000476824-93

Data de Emissão: 14/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 080.817.684-67

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **13/04/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **SARAH JESSICA ROMUALDO SOARES DE LIMA**

Inscrição: **067278510850** Zona: 127 Seção: 20

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 26/02/1989 Domiciliada desde: 29/04/2005

Filiação: ANA FLAVIA ROMUALDO LIMA

SAEL SOARES DE LIMA

Certidão emitida às 00:20 de 15/01/2013

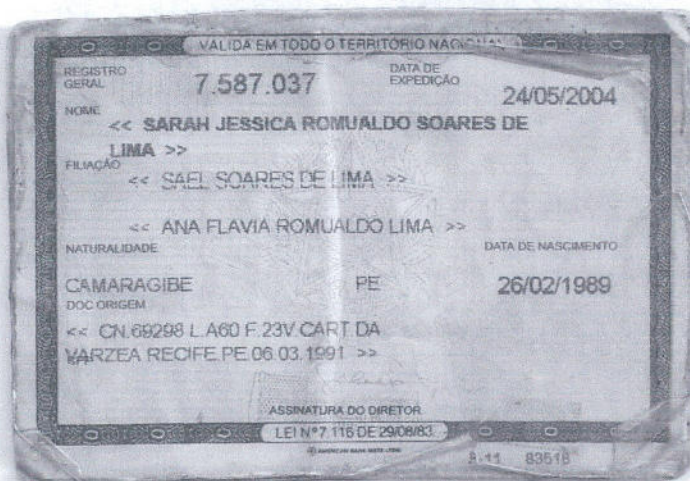
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

BCDX.F7UR.NSOK.K79Z





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 080.817.684-67

Nome da Pessoa Física: SARAH JESSICA ROMUALDO SOARES DE LIMA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **22:10:08**: do dia **03/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **71A2.8690.D33C.DBE7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

Chegou seu cartão de débito **Santander Conta-Corrente.**

Uma forma prática e segura de fazer suas compras.

001 4159 415901006407-3 RECIFE-AV.
SARAH J R S LIMA
R DAS MARGARIDAS 1
CENTRO
54759360 CAMARAGIBE

000 0000
M/*1

7368 2860
00003749

00003749



AR274993763GP

PE





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7025912013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **VALERIA*MARIA*VIEIRA*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE LUIZ DA SILVA e INAIR MARIA VIEIRA DA SILVA, nascido(a) aos 04/03/1979, natural de CAMARAGIBE/PE, Documento de identificação 5567685 SSP/PE, CPF 043.092.734-75.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 0:44 de 02/03/2013



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇADIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3412-5911 (FAX)/ 3412-5409 e 3412-5917
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL**

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:
05/03/2013 01h39min

Data de Validade: 03/04/2013

Nº da Certidão: 520716/2013

Nº da Autenticidade: JV.JH.I2.GR.S5

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **VALERIA MARIA VIEIRA DA SILVA**Documento Identificação: **5567685 SSP/PE**CPF: **043.092.734-75**Data da Emissão: **15/01/1996**Título de Eleitor: **0501021608-84**Nome do Pai: **JOSE LUIZ DA SILVA**Nome da Mãe: **INAIK MAIA VIEIRA DA SILVA**Estado Civil: **Solteiro** Nacionalidade: **Brasileira**Dt Nascimento: **04/03/1979**Endereço Residencial: **TEOFILA DE MELO, 346**

Compl:

Bairro: **BAIRRO NOVO**Cidade: **Camaragibe/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Comunicações
Fls. 87
Rúbrica: [assinatura]
S.C.S. - Sec.

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300043025

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

VALERIA MARIA VIEIRA DA SILVA

CPF: 043.092.734-75

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 14/01/2013 23:37:42

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000000477467-26

Data de Emissão: 14/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 043.092.734-75

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **13/04/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **VALERIA MARIA VIEIRA DA SILVA**

Inscrição: **050102160884** Zona: 127 Seção: 83

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 04/03/1979

Domiciliada desde:
10/04/1995

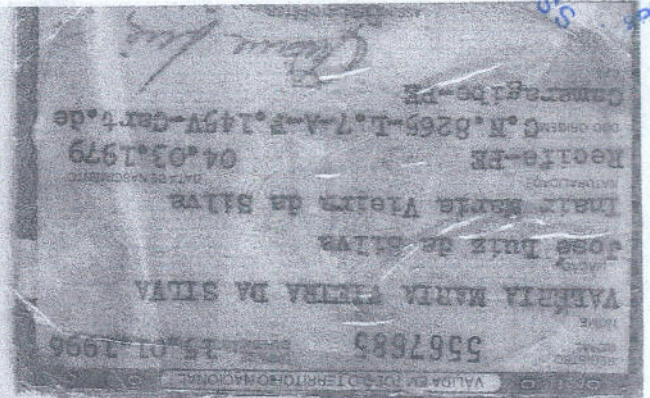
Filiação: **INAIR MARIA VIEIRA DA SILVA**
JOSE LUIZ DA SILVA

Certidão emitida às 01:10 de 05/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **OW5S.HFRZ.08ZK.SQRH**



<p>Entregador</p> <p>Responsável pela informação</p>	<p>Porto</p> <p>Sindicato</p> <p>Morador</p>	<p>Para uso dos correios</p> <p>Endereço Insuficiente</p> <p>Não existe o nº indicado</p> <p>Faltando</p> <p>Endereço</p> <p>Quilômetro</p> <p>Alameda</p> <p>Não procurado</p> <p>Data</p>	<p>Endereço para Devolução</p> <p>Caixa Postal 56141</p> <p>CEP 01314-970</p> <p>350 Paulo</p>	<p>Hipercard Banco Múltiplo S/A</p> <p>Av. O. Neiva, Península</p> <p>137</p> <p>03.012.230/0001-99</p>
--	--	---	--	---

Hipercard



CTC RECIFE PE PL4
VALÉRIA MARIA VIEIRA DA SILVA
R TEÓFILO DE MELO 346,
BAIRRO NOVO DO
54762-300 CAMARAGIBE PE



3211094230346250000005103210121212
Data de Postagem: 12/12/2012 Data de Vencimento: 20/2/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7063632013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSE*ADEMIR*XAVIER**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE FRANCISCO XAVIER e LEONIDES GONÇALVES XAVIER, nascido(a) aos 30/08/1968, natural de CAMARAGIBE/PE, Documento de identificação 3.342.426 SSP/PE, CPF 667.417.184-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:38 de 02/03/2013



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇADIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3412-5911 (FAX) 3412-5409 e 3412-5917
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL**

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:
03/03/2013 01h43min

Data de Validade: 01/04/2013

Nº da Certidão: 518726/2013

Nº da Autenticidade: HB.RC.68.X5.YP

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: JOSE ADEMIR XAVIER	
Documento Identificação: 3.342.426 SSP/PE	Data da Emissão: 09/11/1989
CPF: 667.417.184-00	Título de Eleitor: 0323088408-17
Nome do Pai: JOSE FRANCISCO XAVIER	
Nome da Mãe: LEONIDES GONÇALVES XAVIER	
Estado Civil: Solteiro	Nacionalidade: Brasileira
Dt Nascimento: 30/08/1968	
Endereço Residencial:	
RUA ROBERVAL LUNA OLIVEIRA, 171	
Bairro: BAIRRO NOVO	Cidade: Camaragibe/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Comunicações
Fr: 93
Rúbrica: [assinatura]

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196776

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JOSE ADEMIR XAVIER

CPF: 667.417.184-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:15:19

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000000882651-02

Data de Emissão: 24/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 667.417.184-00

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **23/04/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOSE ADEMIR XAVIER**

Inscrição: **032308840817** Zona: 127 Seção: 135

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 30/08/1968 Domiciliado desde: 19/05/1988

Filiação: **LEONIDES GONCALVES XAVIER**

JOSE FRANCISCO XAVIER

Certidão emitida às 17:08 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

HTØL.DQOL.4IOZ.OE5Z

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE ADEMIR XAVIER

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
3342426 SSP PE

CNPJ
667.417.184-00

DATA NASCIMENTO
30/08/1968

FILIAÇÃO
JOSE FRANCISCO XAVIER
LEONIDES GONCALVES
XAVIER

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
02571802900

VALIDADE
10/10/2013

HABILITAÇÃO
11/04/1997

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL
RECIFE - PE

DATA EMISSÃO
22/03/2011

ASSINATURA DO TITULAR

56908944819
PE040225380

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
407039463

PROIBIDO PLASTIFICAR
407039463

RECIFE 407039463 2531

Vera Neves Marques
Mat. 0 404.095-3

JOSE ADEMIR XAVIER

667.417.184-00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSE ADEMIR XAVIER

DATA DE NASCIMENTO
30/08/1968

Nº INSCRIÇÃO
0323.0884.0817

D.V.
127

ZONA
0135

MUNICÍPIO / UF
CAMARAGIBE/PE

DATA DE EMISSÃO
13/12/2011

JUIZ ELEITORAL
LUIS CORREIA DA SILVA
Juiz Eleitoral

VALIDO SOMENTE OS TÍTULOS ELEITORAIS

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

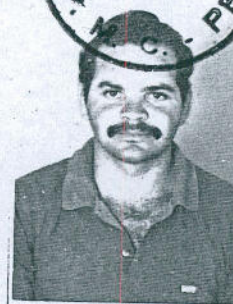
Almir Pazzianotto Pinto



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Polegar Direito.



Número 93.285 Série 00079 PE

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinatura manuscrita

8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Jose Ademir Xavier
 Loc. Nasc. Camaragibe
 Est. PE Data 30.08.68
 Filiação Jose Francisco Xavier
Leonides Gonçalves
Xavier
 Est. Civil solteiro Doc. Nº
 Fls. Liv. Reg. Civil
 Outro doc. Disp. Incorp.
 Situação Militar: Doc. Disp. Incorp.
 Nº 027367 Orgão 212SM Est. PE
 Naturalizado Dec. Nº Em/...../.....

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em
 Doc. Ident. Nº Exp. em/...../.....
 Estado Id- 3.342.426 SSP PE
 Obs. Apresentou ficha de Declaração
 Data Emissão 09/11/89 DRT PE
Assinatura
 Assinatura do Funcionário

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
 (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Nascimento
 Doc.

Fls. 98

Comunicação

DIRETOR DE SERVIÇO MILITAR

Guilherme de A. Moura

ORTEM SHD INCLUIDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE

SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 02/JAN/87

3046048 CARARAJIBE

DATA NASC. NATURALIDADE

M.A.E. LEONIDES GONCALVES XAVIER

P.A.I. JOSE FRANCISCO XAVIER

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR

CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

21 CSM
RA 21-085-202736-1

NOME
JOSE ADEMIR XAVIER

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

PARA USO DOS CORREIOS

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO

- | | | | | |
|---------------------------------------|--|--|-----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Não procurado | <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Falecido | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado |
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> CEP incorreto | <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico |

Reintegrado ao Serviço Postal em: ____/____/____

Responsável: _____



FIXO

Conta de Serviços de Telecomunicação

FAC

**FAÇA DDD E DDI COM O 31
E ECONOMIZE.**



CTC RECIFE PE PL4

JOSE ADEMIR XAVIER
RUA ROBERVAL LUNA OLIVEIRA, 171 KM 45
BAIRRO NOVO
54762-740 CAMARAGIBE-PE



7200039896087000000040324830020812

Fale com a gente - **GRÁTIS** 103 31
Internet www.oi.com.br
Auxílio à lista 102*

* Serviço sujeito a cobrança. Consulte sua operadora.

Informações

Anatel - 1331
Caixa Postal 01: 711
CEP 50050-480, Recife - PE

Pra confirmar o código de seleção
de prestadora de longa distância (CSP)
disponível na sua localidade, ligue pra 102.

31 Oi • 12 CTBC • 13 Fonar • 15 Telefônica • 16 Viacom • 17 Transit • 19 Epsilon • 21 Embratel • 23 Intelig • 24 Primeira Escolha • 25 GVT
26 IDT • 28 Alparmayo • 29 T-Lista • 32 Convergência • 34 ETIM • 36 Easytone • 37 Golden Line • 38 TESA • 39 Engovox • 41 TIM • 42 GT Group
43 Sercomtel • 45 Global Crossing • 46 Hoje Telecom • 47 BT Communications • 53 OSTARA • 57 Itacéu • 58 Voitel • 62 Option • 63 Hello Brazil
67 ALDOLA • 71 Dollarphone • 81 Sermatel • 84 BET • 85 America Net • 91 IPCorp • 96 Amigo Telecom

**FALE COM O BRASIL E O MUNDO
COM ECONOMIA A QUALQUER HORA.**
Tá com saudade? Use sempre o 31 nas suas ligações DDD e DDI.



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PROTOCOLO



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Informações de identificação
NADA CON 3ª no Sistema Nacional
de informações Criminais (SINIC)

Recife

06 03 13

Fls. 100
Rubrica
Comunicações

ÓRGÃO EXPEDIDOR

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/01 – DG/DPF, 04 de janeiro de 2001

DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO

RIIVALDO DO NASCIMENTO

NOME DE SOLTEIRA

NOME DO PAI

JOSÉ DO NASCIMENTO

NOME DA MÃE

ANTONIETA FERAZ DO NASCIMENTO

NATURAL DE

CAMARAGIBE PE.

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA DE NASCIMENTO

02 / 06 / 44

ENDEREÇO RESIDENCIAL

AV. DR. BELMINDO CORREIA

1142

TELEFONE

3456 4085

DISTRITO / BAIRRO

CENTRO

CIDADE/UF

CAMARAGIBE BR

CEP

54759.000

DOCUMENTO APRESENTADO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÚMERO

617 281

DATA DE EXPEDIÇÃO

31 / 07 / 1979

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SS P. PE

JUSTIFICATIVA

PARA FINS DE DIREITO

DECLARO VERDADEIROS OS DADOS
QUE DESIGNEI NESTE REQUERIMENTO

Recife-PE, 04 DE MARÇO

DE 2013

ASSINATURA DO REQUERENTE

RECEBIDO E CONFERIDO POR

NOME

MATRÍCULA

108819

ASSINATURA

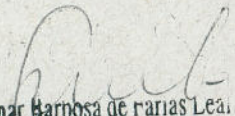


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
VÁLIDA POR 90 DIAS

Certifico que até esta data NADA CONSTA
de ANTECEDENTES CRIMINAIS em nome do reque-
rente. O referido é verdade e dou fe

Recife-PE, 06 de MAI de 20 13


Gilmar Barbosa de Azevedo
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial - Mat. 2790
Chefe do NUCART/SRIPE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇADIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3412-5911 (FAX)/ 3412-5409 e 3412-5917
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL**

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 05/03/2013 13h28min Data de Validade: 03/04/2013

Nº da Certidão: 521510/2013

Nº da Autenticidade: YZ.QY.8Q.IZ.TT

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **NIVALDO DO NASCIMENTO**Documento Identificação: **617281 SSP/PE**CPF: **054.697.754-53**Data da Emissão: **11/07/1979**Título de Eleitor: **0370372108-84**Nome do Pai: **JOSE DO NASCIMENTO**Nome da Mãe: **ANTONIETA FERRAZ DO NASCIMENTO**Estado Civil: **Casado** Nacionalidade: **Brasileira**Dt Nascimento: **02/06/1944**Endereço Residencial: **AV. BELMINO CORREIA, 1146**

Compl:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **Camaragibe/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



102
Rúbrica: *[assinatura]*
14 de Setembro de 2013

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300043053

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

NIVALDO DO NASCIMENTO

CPF: 054.697.754-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/01/2013 23:55:36

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000000478739-14

Data de Emissão: 15/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 054.697.754-53

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **14/04/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **NIVALDO DO NASCIMENTO**

Inscrição: **037037210884** Zona: 127 Seção: 15

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 02/06/1944

Domiciliado desde:
24/08/1989

Filiação: **ANTONIETA FERRAZ DO NASCIMENTO
JOSE DO NASCIMENTO**

Certidão emitida às 20:22 de 02/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **+ZG7.GEVE.GJQD.2ZUT**

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Número do Medidor	Tipo de Fiação	Anterior		Atual		Nº dias	Constantes	Número	Consumo
		Data	Leitura	Data	Leitura				
NQ21699	CAT	16/11/2012	13.661,00	17/12/2012	13.779,00	31	1,00000		178,00

NÍVEL DE TENSÃO			DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA		DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				
Tensão Nominal (V)	Limite de Tensão (V)	Limite de Tensão (V)	DATA	HORA	Descrição	Quantidade	Valor	Limite	Limite
220	201	231			DIC - N.º de horas sem energia		0,00	5,00	11,10
					FC - N.º de vezes sem energia		0,00	5,00	7,35
					DMC - Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,20	0,00
					DICR - Duração de interrupção em dia crítico				12,22

Informações importantes sobre a conta de energia:
 O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
 Pagamento em débito para: Média e Pico (R\$ 419,40/100 kWh) e Juros (R\$ 0,40/100 kWh), no próximo mês.
 O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

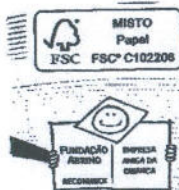


IVALDO NASCIMENTO

RUA BELMIRO CORREIA 1142 F

CENTROCAMARAGIBE
54750-000 CAMARAGIBE PE

Conta Contrato: 0528851010
 Medidor: NQ21699
 Un. Leitura: 00063109
 Sequência: 00565
 Poste: C044946



www.celpe.com.br

As demonstrações financeiras consolidadas de 31/12/2011 estão disponíveis no site www.celpe.com.br.
 AÇÕES SIMPLES AJUDAM A MANTER A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E ATÉ DA SUA CIDADE. FAÇA A SUA PARTE, NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA.



PARA USO DO ENTREGADOR
 Responsável pela informação: _____
 Assinatura: _____
 Data: _____
☐ Endereço Insuficiente ☐ Não existe nº indicado ☐ Recusado ☐ Outros ☐ Morador ☐ Porteiro ☐ Síndico

Comunicações
106
Rubrica
SSC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Handwritten Signature]

CIC

NASCIMENTO 02.06.44

INSCRIÇÃO NO CPF 054 697 754 33

CONTRIBUINTE

NIVALDO DO NASCIMENTO

[Handwritten Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA REPUBLICANA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL DO 222

NIVALDO DO NASCIMENTO

JOSE DO NASCIMENTO P.
ANTONIO DO NASCIMENTO

02-06-1944

DATA DO NASCIMENTO

REGISTRO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA REPUBLICANA DO BRASIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

18

[Handwritten Signature]

ASSINATURA DO REGISTADOR

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PROTOCOLO



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Informações atualizadas a partir da data
NADA CONSTA no Sistema Nacional
de Informações Criminais (SINIC)

Comunicação
107
de

ÓRGÃO EXPEDIDOR

Recife

06/03/13

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/01 – DG/DPF, 04 de janeiro de 2001

DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO

ADILSO ALVES DE SOUZA

NOME DE SOLTEIRA

NOME DO PAI

MANOEL MARQUES DE SOUZA

NOME DA MÃE

IZIDRA ALVES DE SOUZA

NATURAL DE

CAMPAGIRE

NACIONALIDADE

Brasileiro

DATA DE NASCIMENTO

15/06/1952

ENDEREÇO RESIDENCIAL

RUA PANAMA, Nº 283

TELEFONE

DISTRITO / BAIRRO

Vila da Fábrica

CIDADE/UF

CAMPAGIRE-PE

CEP

54454-197

DOCUMENTO APRESENTADO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÚMERO

1.083.116-PE

DATA DE EXPEDIÇÃO

30/12/1995

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SSP/PE

JUSTIFICATIVA

PARA FINS DE DIREITO

DECLARO VERDADEIROS OS DADOS
QUE DESIGNEI NESTE REQUERIMENTO

Recife-PE,

04

DE

março

DE

2013

ASSINATURA DO REQUERENTE

RECEBIDO E CONFERIDO POR

NOME

MATRÍCULA

ASSINATURA

11287

17:55 04/03/2013 194739 OPTO. DE POLÍCIA FEDERAL/PE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
VÁLIDA POR 90 DIAS

Certifico que até esta data NADA CONSTA
de ANTECEDENTES CRIMINAIS em nome do réque-
rente. O referido é verdade e dou fe

Recife-PE, 06 de MAIO de 20 13



Guilmar Barbosa de Farias Leal
Guilmar Barbosa de Farias Leal
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial - Mat. 2790
Chefe do NUCART/SR/PE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇADIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3412-5911 (FAX) 3412-5409 e 3412-5917
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL**

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:
03/03/2013 23h01min

Data de Validade: 01/04/2013

Nº da Certidão: 518966/2013

Nº da Autenticidade: S4.3I.3G.8D.96

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **ADILSO ALVES DE SOUZA**Documento Identificação: **1183116 SSP/PE**CPF: **126.283.444-91**Data da Emissão: **03/12/1995**Título de Eleitor: **0314156808-76**Nome do Pai: **MANOEL MARQUES DE SOUZA**Nome da Mãe: **ISIDRA ALVES DE SOUZA**Estado Civil: **Casado** Nacionalidade: **Brasileira**Dt Nascimento: **15/06/1952**Endereço Residencial: **RUA PARANA, 293**

Compl:

Bairro: **ALTO BOA VISTA**Cidade: **Camaragibe/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, **AÇÃO PENAL**, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196764

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ADILSO ALVES DE SOUZA

CPF: 126.283.444-91

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:10:22

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000003675147-37

Data de Emissão: 03/03/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 126.283.444-91

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

● presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até 31/05/2013, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ADILSO ALVES DE SOUZA**

Inscrição: **031415680876** Zona: 127 Seção: 94

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 15/06/1952

Domiciliado desde:
18/09/1986

Filiação: **IZIDRA ALVES DE SOUZA**

MANUEL MARQUES DE SOUZA

Certidão emitida às 01:24 de 05/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **SHRM.DPFT.RN6+.QESO**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.183.116 DATA DE EXPEDIÇÃO 03.12.1995

NOME
ADILSO ALVES DE SOUZA

FILIAÇÃO
Manoel Marques de Souza
Isidra Alves de Souza

NATURALIDADE
Camaragibe-PE DATA DE NASCIMENTO
15.06.1952

DOC ORIGEM C.C.11.295-L.BA,19-F.262v-
Cart. 1º de Camaragibe-PE
CPF 126.283.444-21

ASSINATURA DO DIRETOR
Ela. Eliane C. ...

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

E-09





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

112

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
ADILSO ALVES DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 15/06/52 INSCRIÇÃO 314156808/76 ZONA 127 SEÇÃO 009

MUNICÍPIO / UF CAMARAGIBE-PE DATA DE EMISSÃO 18/09/8

ASSINATURA DO TITULAR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE
Adilso Alves de Souza

CIC

NASCIMENTO 15.06.52 INSCRIÇÃO NO CPF 126 283 444 91

CONTRIBUINTE
ADILSO ALVES DE SOUZA

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Comunicação
Fls. 113
Recibo
de

PARA USO DOS CORREIOS

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO

- ☐ Desconhecido ☐ Não procurado ☐ Recusado ☐ Falecido ☐ Não existe o número indicado
☐ Mudou-se ☐ Endereço insuficiente ☐ CEP incorreto ☐ Ausente ☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em: ____/____/____

Responsável: _____



OI.
PATROCINADORA
OFICIAL.



FIXO

Conta de Serviços de Telecomunicação

FAC

11931/2003 - DR/RJ/SPM

Oi

CORREIOS

CADASTRE-SE NO CONTA ONLINE
E SIMPLIFIQUE A SUA VIDA.

26503935



CTC RECIFE PE PL4

ADILSO ALVES DE SOUZA
RUA DO PANAMA, 293
ALTO DA BOA VISTA
54759-197 CAMARAGIBE-PE



7200039896007720000017160030010213

PX AO CEMITERIO



Fale com a gente - GRÁTIS103 31
Internet www.oi.com.br
Auxílio à lista102*

* Serviço sujeito a cobrança. Consulte sua operadora.

Informações

Anatel - 1331
Caixa Postal Oi: 711
CEP 50050-480, Recife - PE

Pra confirmar o código de seleção
de prestadora de longa distância (CSP)
disponível na sua localidade, ligue pra 102.

31 Oi • 12 CTBC • 13 Fonar • 15 Telefônica • 16 Viacom • 17 Transit • 19 Epsilon • 21 Embratel • 23 Intelig • 24 Primeira Escolha • 25 GVT
26 IDT • 28 Alpamayo • 29 T-Leste • 32 Convergência • 34 ETML • 35 Easytone • 37 Golden Line • 38 TESA • 39 Engovox • 41 TIM • 42 GT Group
43 Sercomtel • 45 Global Crossing • 46 Hoje Telecom • 47 BT Communications • 53 OSTARA • 57 Itacê • 58 Voitel • 62 Option • 63 Hello Brazil
67 AL00LA • 71 Dollarphone • 81 Sermatel • 84 BBT • 85 America Net • 81 IPCorp • 96 Amigo Telecom

JÁ PENSOU SE ESTA CONTA ATRASASSE? COM O CONTA ONLINE
ISSO NÃO ACONTECE. FAÇA JÁ A SUA ADESAO.

1

Acesse oi.com.br/minhaoi
Entre com o seu login e cadastro.

2

Clique no banner do Conta Online
Selecione o número do telefone.

3

Confirme e pronto
Clique no botão "Cadastrar Seleccionadas".



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7065232013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ANDRE*AGOSTINHO*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ADALBERTO AGOSTINHO DA SILVA e MARIA DAS DORES FERREIRA DA SILVA, nascido(a) aos 28/06/1975, natural de RECIFE/PE, Documento de identificação 3997729 SSP/PE, CPF 857.513.914-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:14 de 02/03/2013



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196802

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANDRE AGOSTINHO DA SILVA
CPF: 857.513.914-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:26:50

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000003675143-03

Data de Emissão: 03/03/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 857.513.914-20

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **31/05/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ANDRE AGOSTINHO DA SILVA**

Inscrição: **042154190876** Zona: 127 Seção: 157

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 28/06/1975

Domiciliado desde:
02/08/1991

Filiação: **MARIA DAS DORES FERREIRA DA SILVA**
ADALBERTO AGOSTINHO DA SILVA

Certidão emitida às 00:53 de 03/03/2013


Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **OMBQ.RDFV.3HUQ.WRL2**

[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR			
ANDRE AGOSTINHO DA SILVA			
DATA DE NASCIMENTO	Nº DE IDENTIFICAÇÃO	ZONA	SEÇÃO
28/06/75	122851900/70	127	0157
MUNICÍPIO/UF	DATA DE EMISSÃO		
CANARAGIBE/PE	02/08/91		
			
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTICA E ELEITORAL			

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL S/A</p>		<p>CIC</p>	
<p>UNIDADE CENSORADORA DE</p>		<p>DE</p>	
<p>857513914 20</p>		<p>DE</p>	
<p>NOME COMPLETO</p> <p>ANDRE AGOSTINHO DA SILVA</p>			
<p>ASSINATURA</p> <p>André Agostinho da Silva</p>		<p>NASCIMENTO</p> <p>28-06-75</p>	
<p>TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE</p>			

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Número do Medidor	Tipo de Função	Anterior		Data	Atual		Nº dias	Constante	Ajuste	Consumo
		Data	Leitura		Leitura					
NF44113	CAT	22/01/2013	31.158,00	20/02/2013	31.604,00	29	1,00000			445,00

NÍVEIS DE TENSÃO			Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)		Tensão
Minimo	Máximo					
220	201	231				

DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 20/03/2013

Todos os consumidores podem solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição: R\$ 11,70

Informações importantes sobre a conta de energia:

Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.

Compensação em atraso: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da conta de 10 dias, no próximo mês.

O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

A partir de 24/01/13, tarifas com redução média de 16,04% na baixa tensão e 20,10% na alta tensão.

REG ANEEL Nº 1418

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
Descrição	Conjuntos	Valor Apurado	Limite Mensal	Limite Trim.	Limite Anual
DIC - Nº. de horas sem energia	CHAFACEE	dez/2012 0,00	5,55	11,10	22,21
FIC - Nº. de vezes sem energia		0,00	3,67	7,35	14,70
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,20	0,00	0,00
DICRI - Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22

Fls. 119
Rubrica: *[assinatura]*



MARIA DAS DORES FERREIRA DA SILVA
PX A IGREJA CATOLICA DE CAMARAGIBE,
PX A IGREJA CATOLICA DE CAMARAGIBE, NA RU
RUA JOSE CAVALCANTE BORBA 193 A

BAIRRO NOVO/CAMARAGIBE
54762-360 CAMARAGIBE PE



www.celpe.com.br

Conta Contrato: 0857225023
Medidor: NF44113
Un. Leitura: 13063103
Sequência: 00538
Poste: C045902

ACÇÕES SIMPLES AJUDAM A MANTER A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E ATÉ DA SUA CIDADE. FAÇA A SUA PARTE, NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA.



BRINQUE O CARNAVAL, MAS NÃO BRINQUE COM ENERGIA ELÉTRICA.

- EM CASO DE RIO PARTIDO ACIONAR IMEDIATAMENTE A CELPE.
- LIGAÇÃO CLANDESTINA É CRIME E PODE ACUSAR ACIDENTES.
- ENFENTES NÃO DEVEM SER COLOCADOS PRÓXIMO À REDE ELÉTRICA.

DICAS DE SEGURANÇA PARA O FOLIOLO EVITAR ACIDENTES ENVOLVENDO ENERGIA ELÉTRICA:

- EM CASA OU NA RUA, MANTENHA DISTÂNCIA DE FIOS E INSTALAÇÕES.
- ADERÇOS E FANTASIAS QUE CONTENHAM HASTES METÁLICAS.
- DEVE SER MANUSEADAS COM BASTANTE ATENÇÃO.
- CONETES E SERPENTINAS METALIZADAS NÃO DEVEM SER APROXIMADAS PRÓXIMAS À REDE ELÉTRICA QUALQUER CONTATO PODE PROVOCAR CURTO-CIRCUITO E ACIDENTES FATAIS.

PARA USO DO ENTREGADOR

Mudou-se ☐ Não existe nº indicado ☐ Recusado ☐ Responsável pela informação: ☐ Morador ☐ Porteiro ☐ Síndico

Endereço insuficiente ☐ Desconhecido ☐ Outros ☐

Assinatura _____ Data _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

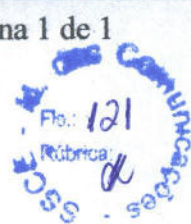
Nº 7064462013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSENILSON*MARIANO*DE*ARRUDA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de VICENTE MARIANO DE ANDRADE e SEVERINA MARCELINA DE ANDRADE, nascido(a) aos 17/02/1967, natural de RECIFE/PE, Documento de identificação 2605343 SSP/PE, CPF 532.038.604-49.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:57 de 02/03/2013



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196780

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

CPF: 532.038.604-49

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:17:38

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000003675142-22

Data de Emissão: 03/03/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 532.038.604-49

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até 31/05/2013, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE**

Inscrição: **003606700884** Zona: 127 Seção: 256

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 17/02/1967

Domiciliado desde:
17/07/2007

Filiação: **SEVERINA MARCELINA DE ANDRADE
VICENTE MARIANO DE ANDRADE**

Certidão emitida às 21:14 de 02/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **KBFT.FHAQ.EC8K.JJIT**

Estado de Pernambuco
Secretaria da Segurança Pública
Instituto Tavares Buriel

ASSINATURA DO TITULAR

JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

Nº de Inscrição
532038604-49

Data de Nascimento
17/02/67

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

DATA DE NASCIMENTO
17/02/1967

Nº INSCRIÇÃO
0036 0670 0824

ZONA
127

SEÇÃO
0251

MUNICÍPIO / UF
CAMARAGIBE/PE

DATA DE EMISSÃO
17/07/2007

JUIZ ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2.605.343

JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

VICENTE MARIANO DE ANDRADE

SEVERINA MARCELINA DE ANDRADE

PE

17/02/1967

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida e exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente

Assinatura
JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 03/02/00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

POLEGAR DIREITO

124



CTC RECIFE PE PL4
JOSENILSON MARIANO DE ANDRADE
AV DR BELMINIO CORREIA 1374 AP 1
NOVO CARMELO - CAMARAGIBE
54753-000 - PE



7200039896490480000002305430070213

EM FRENTE A IGREJA CATOLICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7065102013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ANDRE*GUSTAVO*DA*SILVA*BARBOSA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ANTONIO CARMO BARBOSA e MARIA JOSE DA SILVA, nascido(a) aos 28/11/1982, natural de RECIFE/PE, Documento de identificação 5956430 SSP/PE, CPF 040.855.954-31.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:10 de 02/03/2013



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196790

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA
CPF: 040.855.954-31

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:20:00

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000





GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2013.000003675146-56**

Data de Emissão: **03/03/2013**

DADOS DO REQUERENTE

CPF: **040.855.954-31**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **31/05/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA**

Inscrição: **059178300825** Zona: 127 Seção: 210

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 26/11/1982 Domiciliado desde:
01/06/1999

Filiação: MARIA JOSE DA SILVA
ANTONIO DO CARMO BARBOSA

Certidão emitida às 01:28 de 05/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RUXX.PZ1E.VCMG.5TFA**

SSC - Comunicações
Rubrica: 130

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Andre Gustavo da Silva Barbosa

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
Conselho Regional de Educação Física - CREF

CATEGORIA	ATLUAÇÃO	VIA	C.P.F.
LICENCIAMENTO	PLENA	1	040.855.954-31
EXPIÇÃO	VALIDADE	30/09/2013	EXPEDICAO/NG
28/10/2008	30/09/2013	08/09/1990	08/09/1990
FILIAÇÃO	ORIGEM	SSP/PE	NATURALIDADE/UF
ANTONIO CARMO BARBOSA	SSP/PE	BRASIL	RECIFE-PE
MARIA JOSE DA SILVA	SSP/PE	BRASIL	RECIFE-PE
R.G.	NASCIMENTO	26/11/1982	
5956430	26/11/1982		

Assinatura do Presidente do CREF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: **ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA**

DATA DE NASCIMENTO: 26/11/1982

MUNICÍPIO/UF: CAMARAGIBE/PE

DATA DE EMISSÃO: 05/11/2010

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

NOME: **ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA**

REGISTRO: 003260-G/PE

Este Cédula tem fe pública, com documento de identidade, nos termos da Lei 5.206 de 07/05/75.

Andre Gustavo da Silva Barbosa

Assinatura do Profissional

POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 040.855.954-31

Nome da Pessoa Física: ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA

Situação Cadastral: REGULAR

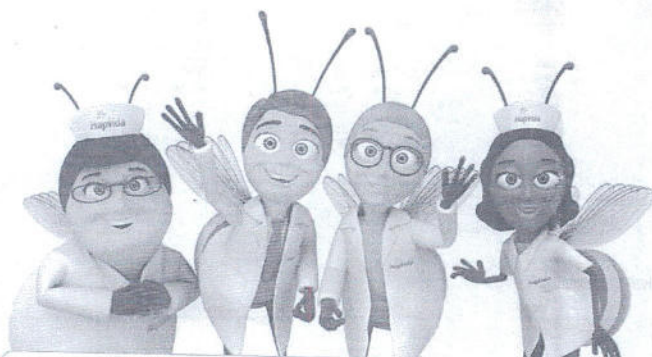
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **22:07:36** do dia **03/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1E47.8BF7.BE9E.3B9B**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



|||||
ANDRE GUSTAVO DA SILVA BARBOSA
R DAS MARGARIDAS 7
54759360 CENTRO CAMARAGIBE PE

20/01/2013

01

1212.1351.01-H.FI.BI.723883.TXT

001913



R\$ 0

03.01.13 -

AGF DR MENDEL STE



Impressão a LASER por APTA LASER: (85) 3021.1111 - www.apta.com.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7064232013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **HENRIQUE*MENDES*DIAS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de MANOEL DIAS DA SILVA e KATIA MARIA MENDES DIAS, nascido(a) aos 09/02/1991, natural de RECIFE/PE, Documento de identificação 6383582 SDS/PE, CPF 074.426.204-69.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:52 de 02/03/2013



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196794

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

HENRIQUE MENDES DIAS

CPF: 074.426.204-69

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:23:22

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2013.000003675144-94**

Data de Emissão: **03/03/2013**

DADOS DO REQUERENTE

CPF: **074.426.204-69**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **31/05/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **HENRIQUE MENDES DIAS**

Inscrição: **078825390833** Zona: 127 Seção: 268

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 09/02/1991

Domiciliado desde:
09/07/2007

Filiação: **KATIA MARIA MENDES DIAS
MANOEL DIAS DA SILVA**

Certidão emitida às 00:49 de 03/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **J69M.KOPL.UNFL.JRMR**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.383.582 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/03/2009

NOME << HENRIQUE MENDES DIAS >>

FILIAÇÃO << MANOEL DIAS DA SILVA >>
<< KATIA MARIA MENDES DIAS >>

NATURALIDADE RECIFE - PE DATA DE NASCIMENTO 09/02/1991

DOC ORIGEM << CN.27726-L.24A-F.141V-CART.SEDE CAMARAGIBE-PE-27.01.1992 >>

CPF 074.426.204-69

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI N° 7.116 DE 29/08/83

R F-33 28.159 OXXX

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
HENRIQUE MENDES DIAS

DATA DE NASCIMENTO 09/02/1991 Nº INSCRIÇÃO 0788 2539 D.V. 0833 ZONA 127 SEÇÃO 0268

MUNICÍPIO / UF CAMARAGIBE/PE DATA DE EMISSÃO 24/08/2008

JUIZ ELEITORAL
Ana Paula Costa de Almeida

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAC-01


Henrique Mendes Dias

ASSINATURA DO ELEITOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTA ELEITORAL



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 074.426.204-69

Nome da Pessoa Física: HENRIQUE MENDES DIAS

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **22:08:38** do dia **03/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **4E8F.6736.0692.071D**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 7064682013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA*EDUARDA*ROMUALDO*DE*CARVALHO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **MANOEL RUBIM DE CARVALHO NETO** e **MARCIA MARIA ROMUALDO DA SILVA**, nascido(a) aos 04/10/1992, natural de CAMARAGIBE/PE, Documento de identificação 8467192 SDS/PE, CPF 093.238.064-63.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:02 de 02/03/2013



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300196796

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MARIA EDUARDA ROMUALDO DE CARVALHO

CPF: 093.238.064-63

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 02/03/2013 19:25:11

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2013.000003675145-75

Data de Emissão: 03/03/2013

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 093.238.064-63

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **31/05/2013**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

[Imprimir](#)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIA EDUARDA ROMUALDO DE CARVALHO**

Inscrição: **083950850809** Zona: 127 Seção: 136

Município: 26298 - CAMARAGIBE UF: PE

Data de Nascimento: 04/10/1992

Domiciliada desde:
05/04/2010

Filiação: **MARCIA MARIA ROMUALDO DA SILVA**
MANOEL RUBIM DE CARVALHO NETO

Certidão emitida às 19:29 de 05/03/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos." A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **DFMX.DUUD.JBU2.QXLW**



Hipercard



8.467.192

24/01/2008

< MARIA EDUARDA ROMUALDO DE CARVALHO >>

< MANOEL RUBIM DE CARVALHO NETO >>

< MARCIA MARIA ROMUALDO DA SILVA >>

NATURALIDADE

RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO

04/10/1992

DOC ORIGEM << CN.111286 L.95 F.210 CART.2ª

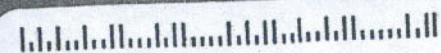
ONA RECIFE-PE 17.02.1993 >>

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

Hipercard



CTC RECIFE PE PL4
MARIA EDUARDA ROMUALDO DE CARVALHO
R ANTONIO DO MONTE SANTANA 856,
BAIRRO NOVO DO
54762-680 CAMARAGIBE PE



3211094230079190000005733910100812

Data de Postagem: 10/08/2012

Data de Vencimento: 20/08/2012





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.947.273/0001-00

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
02/01/1997

ATRIZ

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES DE CAMARAGIBE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
FUNDACAO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
115-5 - FUNDACAO MUNICIPAL

LOGRADOURO
AV BELMINO CORREIA

NÚMERO
2340

COMPLEMENTO
1 ANDAR

CEP
54.765-000

BAIRRO/DISTRITO
TIMBI

MUNICÍPIO
CAMARAGIBE

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
05/08/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/01/2013** às **18:39:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 24/01/2013

147
SSCM
Pernambuco

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 811.231 DATA DE EXPEDIÇÃO 30-08-1991

NOME Luiz Carlos Lemos de Souza

FILIAÇÃO Severino José de Souza
Rosa Lemos de Souza

NATURALIDADE Rio de Janeiro-RJ DATA DE NASCIMENTO 25-07-1951

DOU ORIGEM C.Cas.2595.Liv.05-BA.Fls.103v
1º Cart.de Casam do Recife-PE

CNPJ 101.299.364-72

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

6-A

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 101.299.364-72

Nome da Pessoa Física: LUIS CARLOS LEMOS DE SOUZA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **22:06:39** do dia **03/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **2289.712E.BD79.A05F**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
11.288.622/0001-83

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
01/10/2009

ATRIZ

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO ARTISTICA E CULTURAL METROPOLITANA DE PERNAMBUCO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AACMPE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R TREZE DE MAIO

NÚMERO
20

COMPLEMENTO

CEP
54.762-796

BAIRRO/DISTRITO
BAIRRO DOS ESTADOS

MUNICÍPIO
CAMARAGIBE

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
01/10/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

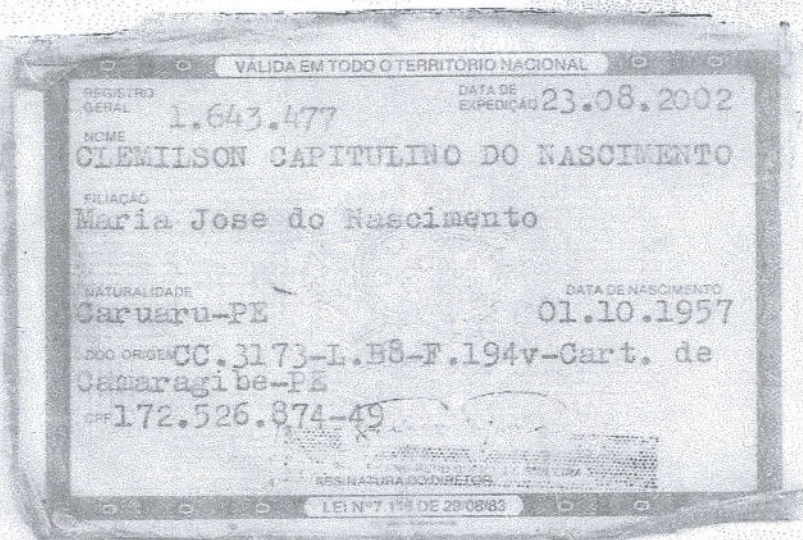
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/01/2013** às **18:43:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 172.526.874-49

Nome da Pessoa Física: CLEMILSON CAPITULINO DO NASCIMENTO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **01:29:09** do dia **04/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1860.9071.E070.DC3A**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.492.661/0001-70

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
26/02/1999

MATRIZ

NOME EMPRESARIAL
CONSELHO DE MORADORES DO TIMBI E ADJACENCIAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
C.M.I.A.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R DAMIAO PEDRO DA CRUZ

NÚMERO
35/B

COMPLEMENTO

CEP
54.765-290

BAIRRO/DISTRITO
TIMBI

MUNICÍPIO
CAMARAGIBE

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 24/01/2013 às 18:46:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 24/01/2013



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO

979.703 25/06/2007

<< SEVERINO GOMES DA SILVA >>

<< SEVERINO GOMES DA SILVA >>

<< ANA MARIA DA CONCEIÇÃO >>

NAZARÉ DA MATA - PE 30/08/1948

<< CC.3971 L.15 F.161 CART.
CAMARAGIBE-PE 12.04.1988 >>

147.319.914-04

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/03



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 147.319.914-04

Nome da Pessoa Física: SEVERINO GOMES DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **01:34:41** do dia **04/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C081.47E4.6C1C.7DA6**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.735.621/0001-86

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
02/04/1997

MATRIZ

NOME EMPRESARIAL
PAROQUIA PIO X

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
PAROQUIA CAMARAGIBE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
IGREJA SAO PIO X

CEP
54.768-010

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO
CAMARAGIBEUF
PE

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
27/08/2005

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/01/2013** às **18:53:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 24/01/2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIDADE
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS O TERRITÓRIOS NACIONAIS

973329969

PROBADO PLASTIFICAR

973329969

NOME
JOSEMAR JOAQUIM DE LIMA

DOC IDENTIDADE 4587625 **ORGANISMO** SSP **PR**

CPF 890.375.884-68 **DATA NASCIMENTO** 14/08/1976

PLACAO
JOAQUIM JOSE FAUSTINO
MARIA DE LOURDES DE LIMA FAUSTINO

PROFISSÃO **ACC** **CAT. RES.**

Nº REGISTRO 0104246171 **VALIDADE** 08/08/2010 **Nº RENOVACAO** 20/10/2003

OBSERVAÇÕES

Joemar Joaquim de Lima
Assinatura do possuidor

LOCAL MOSSORO, RN **DESCRIÇÃO** 15/05/2008

05144868144
RN700803159

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

VALIDA EM TODOS O TERRITÓRIOS NACIONAIS

973329969

PROBADO PLASTIFICAR

973329969

NOME
JOSEMAR JOAQUIM DE LIMA

DOC IDENTIDADE 4587625 **ORGANISMO** SSP **PR**

CPF 890.375.884-68 **DATA NASCIMENTO** 14/08/1976

PLACAO
JOAQUIM JOSE FAUSTINO
MARIA DE LOURDES DE LIMA FAUSTINO

PROFISSÃO **ACC** **CAT. RES.**

Nº REGISTRO 0104246171 **VALIDADE** 08/08/2010 **Nº RENOVACAO** 20/10/2003

OBSERVAÇÕES

Joemar Joaquim de Lima
Assinatura do possuidor

LOCAL MOSSORO, RN **DESCRIÇÃO** 15/05/2008

05144868144
RN700803159

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 890.375.884-68

Nome da Pessoa Física: JOSEMAR JOAQUIM DE LIMA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **01:36:11** do dia **04/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **325F.F6E4.A794.30E7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
11.870.169/0001-19

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
28/01/1987

MATRIZ

NOME EMPRESARIAL
FEDERACAO DAS AGREMIACOES CARNAVALESCAS DE CAMARAJIBE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
FACC

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R SEVERINO SANTOS

NÚMERO
418 COMPLEMENTO
A

CEP
54.759-550

BAIRRO/DISTRITO
VILA DA FABRICA

MUNICÍPIO
CAMARAGIBE

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/01/2013** às **18:49:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Comunicações
159
RUBRICADO
S.S. C.M.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.044.703 DATA DE EXPEDIÇÃO 22.04.2004

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO SANTANA

Henrique José de Santana
Maria Alice de Araújo Santana

NATURALIDADE Camaragibe-PE DATA 11.08.1979

CN n.º 7.859, Liv. 7-A, Fls. 269, Cart.Reg.Civil de Camaragibe-PE

025.419.574-16

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI N.º 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESPESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

E-12C
0049629

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO SANTANA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 025.419.574-16

Nome da Pessoa Física: CARLOS HENRIQUE ARAUJO SANTANA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **01:40:51** do dia **04/03/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **7845.7289.303C.A5F8**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.




SEDEX
CORREIOS

FC0928/38

AR	MP	PESO (kg)	MANDOU, CHEGOU.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0.536	

SI 46272064 9 BR



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA - RADCOM
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
Bloco R - 3º andar
Brasília - DF
70044-900



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
CNPJ: 02.649.881/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:23:32 do dia 07/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/04/2014.

✖ Certidão expedida gratuitamente.

Comunicação
Fls. 163
Pública

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.058120/2011 Localidade / UF: CAMARAGIBE/PE
Entidade: SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Valéria Maria Vieira da Silva	043.092.734-75	Secretário	11/05/2012 11/05/2016	
Sarah Jéssica Romualdo Soares de Lima	080.817.684-67	Presidente	11/05/2012 11/05/2016	
José Ademir Xavier	667.417.184-00	Tesoureiro	11/05/2012 11/05/2016	
Nivaldo do Nascimento	054.697.754-53	Diretor Cultural	11/05/2012 11/05/2016	

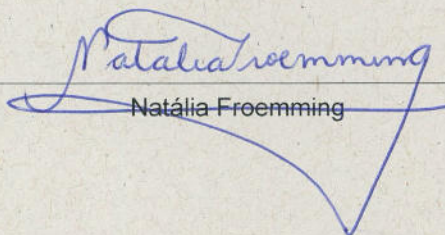
3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa da documentação encaminhada pela entidade, exigida para a Renovação:

- a) Estatuto Social - fls. 09/20;
- b) Ata de Eleição da Diretoria (fls. 59/62) - mandato até 11/05/2016;
- c) Documentos dos dirigentes - fls. 82, 90, 97 e 106;
- d) CNPJ - fl. 52;
- e) Certidão Negativa da Anatel - fl. 07; 162
- f) declaração de conformidade - fl. 06; e
- g) relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora - fls. 29/30.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE: Processo instruído.

É o Relatório.


Natália Froemming

NOTA TÉCNICA Nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Referências: Processo nº 53000.058120/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise do requerimento por meio da qual a **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM** solicita Renovação de Outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Camaragibe**, estado de **Pernambuco**.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM** para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 08/10/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 19/01/2012, às fls. 04, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista o subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, publicada em 18/10/2011, que concedeu um prazo de até 3 (três) meses para que entidades que cujas outorgas já tivessem expirado ou estivessem a menos de 3 (três) meses de expirar quando da publicação da Norma, enviassem ao Ministério das Comunicações o seu requerimento.

REQUERENTE

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
--

QUADRO DIRETIVO

Sarah Jéssica Romualdo Soares de Lima – Presidente Valéria Maria Vieira da Silva – Secretária José Ademir Xavier – Tesoureiro Nivaldo do Nascimento – Diretor Cultural

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, fls. 09/20
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 59/62
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 82, 90, 97 e 106

4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fls. 06
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fls. 162
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 52
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 29/30

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, e tendo em vista a completa instrução do pedido de Renovação de Outorga, conforme *check-list* acima destacado, opinamos pelo encaminhamento do presente processo à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

5. Ainda, convém ressaltar que o Ministério das Comunicações tem como meta inscrita no Plano Plurianual 2012-15 a fiscalização de todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, o que importa dizer que no prazo de sua vigência a outorga em questão será objeto de fiscalização quanto às suas características técnicas, ao conteúdo veiculado e/ou à composição do seu quadro diretivo. Além dessas fiscalizações planejadas, eventuais denúncias ofertadas em face das outorgas de radiodifusão serão objeto de apuração e, se for o caso, solicitada à Anatel a sua fiscalização in loco.

À consideração superior.

Brasília, 14 de março de 2014.


NATÁLIA FROEMMING
 Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de março de 2014.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
 Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Encaminhe-se à Senhora Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 18 de *março*

de 2014.



OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

De acordo. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica.

Brasília, 24 de *abril*

de 2014.



PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Requerente Técnica1 Jurídica Técnica2 Documentos Representatividade Indeferimento

CheckList

Entidade : * SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA CAMARA FM

Nome Fantasia :

CNPJ : 02.649.881/0001-00

Telefone(s) :

Latitude: S08°01'13"

Longitude: W34°59'44"

Email(s) :

Endereço(s) :

(Sede)
SEVERINO GOMES DA SILVA, 1 ANDAR 43, BAIRRO NOVO -
CAMARAGIBE - PERNAMBUCO



Coordenadas do Sistema Irradiante

Latitude: * S08°01'21"

Longitude: * W34°58'56"

Distância entre sistema irradiante e IBGE 1,49 Km

Coordenadas da Sede

Latitude:

Longitude:

Distância entre sede e sistema irradiante Km

Nº do processo : * 53103.000762/1998 Volume: 0001

Localidade de Pequeno Porte?

:

UF/Localidade: PE CAMARAGIBE

Distrito/Subdistrito: Selecione Selecione

Aviso de Inscrição: * 4 - SSR DOU 18/03/99 - 17/04/99

Canal : 292

Frequência :

Fase : * Licença Definitiva

Status : * LDE - LDE - LICENÇA DEFINITIVA EXPEDIDA

Nome Artístico: SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARÁ FM

Horário Funcionamento De: às

Observação : Of. 6451 de 06/10/05, informa a alteração do canal para 253 e informar que a Entidade deverá providenciar o ajuste do transmissor, de modo a adequá-lo à nova frequência.

Quadro Diretivo

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone(s)	Opções
Nenhum registro cadastrado					

Endereços

Tipo	UF Município	Distrito Endereço	Bairro	CEP	Opção
Correspondência	PE CAMARAGIBE	Rua Severino Gomes da Silva, nº 43 - 1º Andar, nº 43	Centro	54762580	
Sistema Irradiante	PE CAMARAGIBE	Rua Severino Gomes da Silva, nº 43 - 1º Andar, nº 43	Centro	54762580	
Estúdio	PE CAMARAGIBE	SEVERINO GOMES DA SILVA, nº 43	BAIRRO NOVO	54762580	

Atos

Número	Documento	Data DOU	Razão
127	Portaria	11/04/2000	MC DOU 11/04/00 - Portarias de No. 127 a 129
389	Decreto	08/10/2001	Atos do Congresso Nacional de 08/10/2001.

Históricos

Recurso	Data	Usuário	Situação	Status	Ação
Requerente	19/10/2012	Valkiria Ferreira Machado		LDE - LICENÇA DEFINITIVA EXPEDIDA	
		1/1		Exibir : 5	

[Gerar Vizinhos](#) [Voltar](#)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



COTA Nº 322 /2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.000315/2014-83

INTERESSADO: CONSULTORIA JURÍDICA

ASSUNTO: Diligência - processos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária

Senhora Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga,

Foram remetidos a esta CONJUR processos de interesse de entidades executantes do serviço de radiodifusão comunitária, para fins de análise quanto à viabilidade jurídica das renovações das respectivas outorgas.

2. Ocorre, porém, que, para embasamento da manifestação deste órgão, faz-se mister seja fornecida informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração instaurado em face da entidade interessada (concluído ou em trâmite), devendo ser esclarecida a situação de cada um e se e quando houve aplicação de sanção.

3. A seguir, o rol de processos que se encontram nesta CONJUR e nos quais se faz necessário que conste a informação supra:

53000.059473/11	Ass. Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompeu	Pompeu	MG
53000.056643/11	Ass. Comunitária e de Radiodifusão Neves	Riachão das Neves	BA
53000.056228/11	Ass. De Comunicação e Cultura Liberdade	Jaíba	MG
53000.057359/11	Radio Comunitária Madalena FM	Santa Maria Madalena	RJ
53000.020902/12	ACCS- Ass. Cultural e Comunicação Social	Itupeva	SP
53000.057351/11	Ass. Clamor dos Pobres	Caiabu	SP
53000.057356/11	Comunidade Amiga de Radiodifusão de Floriania	Floriania	RN
53000.056244/11	Ass. Do Loteamento Jardim Santa-Ana	Maceió	AL
53000.055777/11	Ass. Comunitaria Amigos do Meio Ambiente de Rifaina	Rifaina	SP
53000.046015/11	Ass. De Difusao Comunitaria do Catolé	Campina Grande	PB
53000.056239/11	Ass. Cultural Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	MS



53000.048644/11	Ass. Comunitaria para o Desenvolvimento Artístico e Cultural Nova Onda de Carmo do Rio Claro	Carmo do Rio Claro	MG
53000.056252/11	Ass. Cultural Jose Ribeiro da Cunha	Montividiu	GO
53000.049408/12	Fundação Cidade Historica de Itaguaí	Itaguaí	RJ
53000.016939/12	Ass. Comunitária de Comunicação, Manairama	Ouro Branco	RN
53000.050217/12	Ass. Comunitária Beneficente Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e Tv	Guarani	MG
53000.043084/12	Ass. Comunitária do Município de Indiara Goiás- Rádio Educativa FM	Indiara	GO
53000.063589/12	Ass. Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão	Contagem	MG
53000.058471/11	Ass. da Rádio Comunitária Alternativa FM	Guaratuba	PR
53000.058105/11	Ass. Comunitária Romiporã	Espigão do Oeste	RO
53000.059288/11	Ass. Comunitária de São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	MG
53000.051320/12	Ass. Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos	Currais Novos	RN
53000.056215/11	Ass. Comunitária Farroupilha	Pelotas	RS
53000.056216/11	Ass. Comunitária Cultural de Morro Redondo	Morro Redondo	RS
53000.014702/12	Ass. Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar	Piraúba	MG
53000.058135/11	Ass. Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão	Bom Jardim	MG
53000.056631/11	Ass. Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Informação Princesa do Norte	Sonora	MS
53000.056241/11	Rádio, Comunitária Educadora Fm	Santa Rita	PB
53000.041134/11	Ass. Cultural e Comunitária de Santa Cruz de Monte Santa Cruz de Monte Castelo	Castelo	PR
53000.050829/11	Rádio Comunitária de Itambé	Itambé	PE



53000.058118/11	Ass.Comunitária de Amigos de Cafelandia	Cafelândia	PR
53000.058120/11	Sociedade Rádio Comunitária Camará Fm	Camaragibe	PE
53000.016594/13	Ass. De Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo	Buriti Bravo	MA
53000.055763/11	Ass.Cultural e Comunitária Prima	Monte Mor	SP
53000.038596/12	Ass.Comunitária Cativa	Rio Brilhante	MS
53000.040134/11	Ass.Comunitária Comunicação e Cultura de Timbaúba	Timbaúba	PE
53000.050186/11	Ass.Educacional Cultura Artística Novo Tempo	Igaci	AL
53000.006813/13	Ass. Cultura Desportiva de São Bento	São Bento	MA
53000.056641/11	Ass.Comunitária e Cultural Teresense	Santa Teresa	ES
53000.055773/11	Ass.Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista	Pedrinhas Paulista	SP
53000.056240/11	Ass.de Radiodifusão Comunitária São Miguel	Tavares	PB
53000.056247/11	Ass.Casa de Apoio a Criança e ao Adolescente	Autazes	AM
53000.057354/11	Ass.Creche Lar da Criança Feliz	Paineira	MG
53000.058108/11	Ass.dos Amigos da Praia de Mariscal	Bombinhas	SC
53000.057910/11	Ass.Cultural Cristã do Paulista	Paulista	PE
53000.058129/11	Ass.Mamma Bianca	Valparaíso	SP
53000.015612/2013	Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo	Varzedo	BA

Brasília, 6 de maio de 2014

SOCORRO JÂNAINA M. LEONARDO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Coordenação de Análise de Denúncias



DESPACHO

Processo nº: 53900.000315/2014-83

Referência: COTA nº 322/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

Interessado: Consultoria Jurídica

Assunto: Diligência - processos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária

1. Em atenção à COTA Nº 322/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, informamos que foram realizadas pesquisas no banco de dados de controle dos Processos de Apuração de Infração e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujos resultados serão apresentados em etapas. Neste expediente estão relacionadas as entidades que não possuem qualquer registro de sanção aplicada ou de instauração de processo em seu desfavor. Para as demais entidades não listadas serão elaborados Despachos individuais com as informações devidas.

2. Seguem, anexo, cópias digitalizadas das consultas realizadas no SRD referentes às entidades em apreço.

53000.057359/11	Radio Comunitária Madalena FM	Santa Maria Madalena	RJ
53000.057351/11	Ass. Clamor dos Pobres	Caiabu	SP
53000.055777/11	Ass. Comunitaria Amigos do Meio Ambiente de Rifaina	Rifaina	SP
53000.056252/11	Ass. Cultural Jose Ribeiro da Cunha	Montividiu	GO
53000.016939/12	Ass. Comunitária de Comunicação Manairama	Ouro Branco	RN
53000.043084/12	Ass. Comunitária do Municipio de Indiara Goiás-Rádio Educativa FM	Indiara	GO
53000.059288/11	Ass. Comunitária de São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	MT
53000.056216/11	Ass.Comunitária Cultural de Morro Redondo	Morro Redondo	RS
53000.014702/12	Ass.Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar	Piraúba	MT
53000.056241/11	Rádio Comunitária Educadora Fm	Santa Rita	PE
53000.050829/11	Rádio Comunitária de Itambé	Itambé	PE
53000.058120/11	Sociedade Rádio Comunitária Camará Fm	Camaragibe	PE
53000.016594/13	Ass. De Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo	Buriti Bravo	MT
53000.050186/11	Ass.Educacional Cultura Artística Novo Tempo	Igaci	AL
53000.056641/11	Ass.Comunitária e Cultural Teresense	Santa Teresa	ES

53000.056240/11	Ass.de Radiodifusão Comunitária São Miguel	Tavares	PE
53000.056247/11	Ass.Casa de Apoio a Criança e ao Adolescente	Autazes	AP

Brasília, 15 de maio de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes**, Coordenadora de Análise de Denúncia, em 20/05/2014, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sibela Leandra Portella**, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas Substituta, em 21/05/2014, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0002556** e o código CRC **0AF3CCC6**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

PARECER Nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23

INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

II – Preenchimento dos requisitos normativos: pelo deferimento do pedido.

III – Encaminhamento dos autos para apreço do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, por intermédio da Nota Técnica nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC (fls. 164/165), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica, processo de interesse da Sociedade Rádio Comunitária Camará, cuja outorga para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco, encontra-se em fase de renovação.

I – RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de RadCom por intermédio da Portaria nº 127/2000, de 11/04/2000, tendo sido referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 389/2001, de 08/10/2001, segundo consulta realizada junto ao sistema de RadCom dessa Pasta Ministerial (fl. 166-verso).

3. A Associação apresentou seu requerimento de fl. 04 e seguintes, em

19.01.2012, colacionando, ainda, a documentação técnico-jurídica julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Em seguida, a SCE elabora a já referida Nota Técnica nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC (fls.164/165), opinando pela regularidade do processo e submetendo os autos ao apreço do Exmo. Ministro das Comunicações, com prévia oitiva desta CONJUR.

5. É sucinto o relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

6. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "Das Consultorias Jurídicas" no contexto da Advocacia-Geral da União, vejamos:

Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

II - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

7. Adentrando-se ao caso em apreço, depreende-se que, segundo a Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade



por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º caput

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes

8. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 1998, estipula o seguinte:

DA FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 20 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do resumo do ato de autorização, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos dos instrumentos aplicáveis.

(...)

DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos¹, **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações.** [grifo nosso]

9. Assim, segundo os dispositivos acima, a autorização *poderá* ser renovada se a entidade autorizada: (i) apresentar solicitação neste sentido, dentro do prazo estabelecido pela norma de regência; e (ii) cumprir as demais exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

10. Ainda nesta seara, foram estabelecidas novas regras em complementação ao disposto na Lei e no Decreto citados; trata-se da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011 (item 20), e da Portaria nº 197, de 1 de julho de 2013, que alterou a citada Norma nº 1/2011, além de antever dispositivo específico a tratar da renovação, senão, veja-se:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

¹ O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

11. Impende mencionar, por oportuno, que a Portaria supra, previamente a sua publicação, fora submetida ao crivo desta CONJUR, ocasião em que se emitiu o PARECER Nº 663/2013/CONJUR-MC/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 2140/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU (Processo nº 53000.018816/2013), o qual opinou por sua viabilidade jurídica.

12. Mencionadas as normas de regência, veja-se especificamente o pedido da entidade.

III – DA ANÁLISE DO PEDIDO DA ENTIDADE

13. Segundo já mencionado, a entidade apresentou seu requerimento na data de 19/01/2012, encontrando-se em consonância, pois, com a previsão do prazo antevisto na retrocitada Portaria nº 197, de 2013, razão pela qual se deixará de emitir considerações acerca da tempestividade do requerimento, visto que já fora objeto de análise e aprovação por intermédio do citado PARECER Nº 663/2013/CONJUR-MC/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 2140/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU (Processo nº 53000.018816/2013).

14. No que concerne à documentação apresentada, visualiza-se que igualmente se encontra em harmonia com o disposto na citada Norma 1/2011, com as alterações promovidas pela Portaria nº 197, de 2013; mais precisamente no subitem 20.3, a saber:

*(i) Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações - fl. 04;

(ii) Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de



acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação – fl. 06;

(iii) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel (fl. 07 e 162);

(iv) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual – fl. 08;

(v) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3 – fls. 12/20;

(vi) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas fls. 59/62;

(vii) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes – fls. 82, 90, 96/97 e 106;

(viii) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora fls. 27/30.

15. Quanto ao possível cometimento de irregularidades pela entidade no curso da prestação do serviço, o DESPACHO de fls. 170, da SCE aponta a inexistência de processos de apuração de infração em face da entidade ora interessada.

16. Ademais, não se mostra despropositado frisar que a autorizada deve continuar a observar todos os mandamentos normativos que regem o serviço, notadamente os requisitos necessários à obtenção da outorga, a *exemplo* da idoneidade moral dos dirigentes. Alias, acerca desse tópico, faz-se mister destacar o seguinte: a despeito de a Norma nº 1/2011 dispensar, por ocasião da renovação, que certidões dos dirigentes sejam colacionadas aos autos (ressalte-se que a idoneidade moral dos dirigentes é requisito indispensável para a obtenção da outorga), a entidade deve ser advertida de que o advento de eventual condenação criminal, com trânsito em julgado, em face de dirigente da entidade, poderá resvalar na outorga em si, visto que deixou de ser observado o referido requisito fundamental.

17. Acrescente-se, por fim, que a Administração Pública não está impedida de efetuar possível fiscalização a fim de verificar a manutenção dos requisitos pela entidade, seja por intermédio de denúncia, seja de ofício, posto que dispõe do regular exercício do **poder de polícia**. Sobre o tema, ensina Hely Lopes Meirelles² que o poder de polícia é

² MEIRELLES, Hely Lopes. **Poder de polícia e segurança nacional**. Revista dos Tribunais, v. 61, n. 445, p. 287 – 298, nov. 1972. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_40/panteao.htm > Acesso em: 24.02.2012.

aquêle de que "*dispõe a Administração Pública em geral, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens ou direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*"
E continua o autor:

Em linguagem menos técnica podemos dizer que o poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública, para deter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte de toda Administração, o Estado (em sentido amplo: União, Estados e Municípios) detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social e à segurança nacional.

18. O poder de polícia é dotado de autoexecutoriedade e coercibilidade, isto é, legítima se apresenta a atuação dos agentes públicos nesse mister sem prévio consentimento do Poder Judiciário, podendo, inclusive, fazer jus ao emprego de força quando diante de resistência. Ademais, os atos decorrentes dessa ação fiscalizadora, como autênticos atos administrativos, gozam da presunção de veracidade e legitimidade, cabendo ao administrado, caso discorde, o ônus de provar sua suposta irregularidade (em termos outros, o exercício do poder de polícia é presumido em favor do Estado). A respeito, vejamos alguns julgados:

ADMINISTRATIVO. POSSESSÓRIA. ANATEL. RÁDIO COMUNITÁRIA. AUSÊNCIA DE OUTORGA DO PODER PÚBLICO. PODER DE POLÍCIA. ESBULHO NÃO CONFIGURADO.1- A exigência de concessão, permissão ou autorização para atividades de radiodifusão está prevista constitucionalmente nos arts. 21, inciso XII, e 223, bem como na Lei nº 9.612/98, arts. 2º e 6º.9.6122º6º.2 - O fato de tratar-se de rádio comunitária, sem fins lucrativos, dotada de boa fama e prestígio junto à população local, não constitui razão suficiente a dispensar a outorga do **Poder Público, que tem a obrigação legal de regulamentar, fiscalizar e reprimir condutas que deixem de observar as regras relativas às atividades de radiodifusão, sob pena de violação ao exercício regular do poder de polícia administrativa. Precedentes do STJ.**3 - Apelação improvida.

(200251120000680 RJ 2002.51.12.000068-0, Relator: Juiz Federal Convocado MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA, Data de Julgamento: 10/11/2010, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data:19/11/2010 - Página:195)

PODER DE POLÍCIA - **O PODER DE POLÍCIA CONCILIA O EXERCÍCIO DO DIREITO AO INTERESSE PÚBLICO; COMO ATO ADMINISTRATIVO, GOZA DA PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE E VERACIDADE.** A - AUTORIZAÇÃO - RELATIVA A EXPECTATIVA DE DIREITO, É CONSTITUTIVA E DISCRICIONÁRIA, DIFERENTEMENTE DA - LICENÇA-DECLARATÓRIA E VINCULADA. A PRIMEIRA, CONSEQUENTEMENTE, É REVOGÁVEL NOS QUADRANTES DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA. O MÉRITO NÃO PODE

SER REVISTO PELO JURIDICÁRIO, E A PRODUÇÃO DE PROVA PARA DEMONSTRAR VÍCIO DE LEGALIDADE, INCONCILIÁVEL COM A AÇÃO DE SEGURANÇA.

(818081 DF, Relator: LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Data de Julgamento: 31/05/1982, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 28/06/1982 Pág. : 6.364)

Processo RE-AgR 581947 - RE-AgR - AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a) - EROS GRAU - STF

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. TAXA. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PRESUNÇÃO EM FAVOR DA MUNICIPALIDADE. 1. O Tribunal a quo não se manifestou explicitamente sobre todos os temas constitucionais tidos por violados. Incidência das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. Este Tribunal tem orientação no sentido de que o exercício do poder de polícia é presumido em favor da Municipalidade. Precedente. Agravo regimental a que se nega provimento. [grifos nossos]

19. Impende realçar, outrossim, que, caso venha a restar comprovada eventual falsidade dos documentos apresentados, os responsáveis sofrerão as consequências previstas também na esfera penal.

20. Elaboradas todas as considerações supra, é de se inferir, pois, que restam atendidos todos os requisitos legais necessários à renovação da outorga conferida à interessada, fazendo-se imprescindível registrar o seguinte: quando da formulação de consulta pela SCE a esta CONJUR, acerca especificamente da renovação de RadCom, objeto do processo nº 53000.057670/2011-25, fora elaborado o PARECER Nº 0059/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, por meio do qual foram traçados alguns esclarecimentos sobre o tema. No que concerne às conclusões pela renovação propriamente, chegou-se a orientar à época (parágrafo 30 do Parecer) pela prescindibilidade de remessa dos autos a esta CONJUR, caso se concluísse pelo preenchimento de todos os requisitos pela interessada, servindo aquele mesmo Parecer como fundamento jurídico da análise.

21. Ocorre, porém, que em reanálise sobre o tema, aquela orientação resta superada, de modo que todos os processos – pela renovação ou não – devem ser encaminhados previamente a esta CONJUR, para apreço conclusivo sobre o tema (conforme ora se realiza), restando mantidas todas as demais orientações expostas no referido Parecer nº 59/2012.

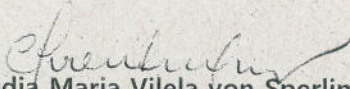
IV – CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, não vislumbra óbice jurídico ao deferimento do pedido, encontrando-se o processo apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

23. Oportuno ressaltar que o ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

À consideração superior.

Brasília, 16 de junho de 2014.


Cláudia Maria Vilela von Sperling
Advogada da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

DESPACHO Nº 2206/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23

INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

Aprovo o PARECER Nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à apreciação do Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 1 de julho 2014.

Socorro Janaina M. Leonardo
SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2207/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23


INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

Aprovo o **DESPACHO Nº 2206/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais, que aprovou o **PARECER Nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 7 de julho de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI

Consultor Jurídico



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

53000.058120/2011

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 29 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Torres da Silva, Chefe da Divisão**, em 29/10/2014, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0209793** e o código CRC **E8B46577**.

PORTARIA Nº 463/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000762/1998 e nº 53000.058120/2011-23, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/05/2015, às 19:22, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0338179** e o código CRC **576C803F**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058120/2011-23, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/05/2015, às 19:22, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0338091** e o código CRC **55EF52F2**.

Ministério das Cidades**SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO****PORTARIA Nº 54, DE 14 DE MAIO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, I, e II e da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e suspensão de 30 (trinta) dias, à pessoa jurídica DENAINSP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA ME, CNPJ: 31.213.531/0001-96, situada no Município do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Francisco Real, nº 570, Padre Miguel, CEP 21.715-422, em razão das irregularidades previstas nos itens 05 e 19, do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatadas em fiscalização realizada no dia 30/10/2014, constantes do Processo nº 80000.040716/2014-92

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 55, DE 14 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.051842/2011-20, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria DENATRAN nº 103, de 03 de fevereiro de 2012, para modificar a razão social da Instituição Técnica Licenciada (ITL) IRMÃOS MARTINS INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.008.837/0001-63 para AVAL COTIA INSPEÇÕES VEICULARES LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.098,
DE 14 DE MAIO DE 2015**

Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Educação no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 13 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidas, por esta Portaria, as diretrizes para a operacionalização do Canal da Educação, de que trata o inciso II do art. 13 do Decreto nº 5.820, de 2006.

Parágrafo único. Aplica-se à consignação do Canal da Educação, no que couber, o disposto na legislação e nos instrumentos normativos expedidos pelo Ministério das Comunicações - MC e pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que tratam da execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital.

Art. 2º O Canal da Educação tem como objetivo principal a melhoria da qualidade da educação por meio da transmissão de conteúdos educacionais midiáticos, destinados ao desenvolvimento e aprimoramento, dentre outros, do ensino a distância, da capacitação de professores e disseminação de conhecimentos à população em geral, nos termos da legislação que rege a educação brasileira.

Art. 3º O Canal da Educação atenderá, prioritariamente, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - a ampliação do conhecimento e enriquecimento do repertório cultural, científico e tecnológico da população de maneira geral, especificamente crianças, adolescentes, jovens e adultos envolvidos em atividades educacionais;

II - a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania, da democracia e sua qualificação para o trabalho;

III - a promoção da cultura nacional e regional;

IV - a universalização dos direitos à educação, à informação, à comunicação e à cultura, como outros direitos humanos e sociais.

Art. 4º O MC consignará ao MEC, mediante solicitação deste, um canal digital com largura de banda de seis MHz. para a exploração do Canal da Educação.

Parágrafo único. A consignação de que trata o caput:

I - dependerá de viabilidade técnica;

II - terá prazo de vigência indeterminado; e

III - será outorgada após a aprovação do projeto de instalação da emissora, de acordo com a regulamentação técnica e os procedimentos previstos nas normas que regem as consignações dos serviços de radiodifusão para a União.

Art. 5º O Canal da Educação poderá entrar em operação quando o MEC possuir, cumulativamente:

I - ato de consignação;

II - aprovação dos locais e dos equipamentos de instalação;

e

III - autorização de uso de radiofrequência, expedida pela Anatel.

Art. 6º A responsabilidade perante o MC em relação à prestação do serviço previsto nesta Portaria, bem como sobre as programações veiculadas, é exclusiva do MEC.

Art. 7º Observado o disposto em regulamentação específica do MC, o MEC poderá utilizar o recurso de multiprogramação para transmitir programações simultâneas, das quais, pelo menos:

I - uma faixa de programação será destinada, prioritariamente, à educação básica por meio da TV Escola; e

II - uma faixa de programação será destinada, prioritariamente, à educação superior.

§ 1º As demais faixas de programação do Canal da Educação deverão ser utilizadas para o atendimento dos princípios de que trata o art. 3º.

§ 2º O MEC estabelecerá a banda destinada a cada uma das faixas mencionadas nos incisos de que trata este artigo, respeitada, pelo menos, a qualidade de resolução de definição padrão - SDTV, sendo garantida a prioridade à TV Escola para a faixa com qualidade de resolução em alta definição - HDTV sempre que o compartilhamento da banda sob responsabilidade do MEC permitir.

§ 3º O Canal da Educação poderá fazer uso de recursos de portabilidade e interatividade, observada a regulamentação técnica vigente e as outorgas necessárias para este fim.

§ 4º É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

§ 5º São vedadas, em todas as faixas de programação do Canal da Educação, a veiculação de anúncios de produtos e serviços e a venda de horários da grade de programação.

Art. 8º O MEC regulamentará a produção e o licenciamento de conteúdos a serem veiculados no Canal da Educação.

Art. 9º O MEC criará uma Ouvidoria e o Conselho do Canal da Educação, órgão de natureza consultiva.

§ 1º O Conselho de que trata o caput será responsável por verificar, exclusivamente, a observância da programação ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Portaria.

§ 2º O MEC regulamentará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho e da Ouvidoria referidos no caput.

§ 3º O Conselho de que trata o caput não terá competências relacionadas ao procedimento de outorga e aos aspectos técnicos da consignação para a execução do Canal da Educação.

§ 4º A composição do referido Conselho deve ser plural, contando com a participação de representantes da sociedade civil, de órgãos do Governo Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RENATO JANINE RIBEIRO
Ministro de Estado da Educação

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 463, DE 6 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000762/1998 e nº 53000.058120/2011-23, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 467, DE 30 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000672/1998 e nº 53000.050829/2011-81, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 12 de setembro de 2011, a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Itambé, estado de Pernambuco.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 469, DE 5 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000603/1998 e nº 53000.056241/2011-31, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 12 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Race FM - Rádio Comunitária Educadora FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santa Rita, estado da Paraíba.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 474, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060803/2011-41, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO UNISOC DE COMUNICAÇÕES, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 671, DE 6 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000736/1998 e nº 53000.063589/2012, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Contagem, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 737, DE 6 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000574/1998 e nº 53000.050216/2012, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TUCUMAENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Tucumã, estado do Pará.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058120/2011-23

Referência: Portaria nº 463, de 6 de maio de 2015.

Interessado: Sociedade Rádio Comunitária Camará FM

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 15/05/2015, da Portaria nº 463, de 06/05/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Camaragibe-PE”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 15 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 21/05/2015, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0509170** e o código CRC **06AC6E4C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058120/2011-23**

Entidade: **Sociedade Radio Comunitária Camará Fm**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 463, de 06/05/2015, no Diário Oficial da União de 15/05/2015, que autoriza a Entidade a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Camaragibe/PE, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº 53000.058120/2011-23, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/06/2015, às 11:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0534281** e o código CRC **EB4E4F82**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 18351/2015/SEI-MC

Brasília, 11 de junho de 2015

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
Rua Severino Gomes da Silva, nº 43, 1º andar
54.762-580 / Camaragibe – PE

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.058120/2011-23.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM**, sediada em **Camaragibe / PE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **08 de outubro de 2011**, conforme Portaria nº 463, de 06/05/2015, publicada no DOU de 15/05/2015 (em anexo).

Atenciosamente,





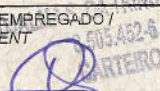
Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 16:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0548667** e o código CRC **16F43027**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOC		SCE/CGRC Of. nº 18351/ 2015/SEI-MC, 11 de junho de 2015 53000.058120/2011-23	
ENDEREÇO / ADRE		REPRESENTANTE LEGAL Sociedade Rádio Comunitária Camará FM Rua Severino Gomes da Silva, nº 43, 1º andar 54.762-580 Camaragibe – PE	
CEP / CODE POSTAL			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR José ADEMIR		30/7/15	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT 		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JO 22672935 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

NO

EN

CEP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

Brasília, 17 de Junho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058120/2011-23, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

PARECER Nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23

INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no **Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.**

I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, **no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.**

II – Preenchimento dos requisitos normativos: pelo deferimento do pedido.

III – Encaminhamento dos autos para apreço do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, por intermédio da Nota Técnica nº **1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC (fls. 164/165)**, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da **Sociedade Rádio Comunitária Camará**, cuja outorga para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, no **Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco**, encontra-se em fase de renovação.

I – RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de RadCom por intermédio da **Portaria nº 127/2000, de 11/04/2000**, tendo sido referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº **389/2001, de 08/10/2001**), segundo consulta realizada junto ao sistema de RadCom dessa Pasta Ministerial (**fl. 166-verso**).

3. A Associação apresentou seu requerimento de **fl. 04 e seguintes**, em 19.01.2012, colacionando, ainda, a documentação técnico-jurídica julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Em seguida, a SCE elabora a já referida Nota Técnica nº **1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC (fls.164/165)**, opinando pela regularidade do processo e submetendo os autos ao apreço do Exmo. Ministro das Comunicações, com prévia oitiva desta CONJUR.

5. É sucinto o relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

6. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência “Das Consultorias Jurídicas” no contexto da Advocacia-Geral da União, vejamos:

Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

II - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e

entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

- a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
- b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

7. Adentrando-se ao caso em apreço, depreende-se que, segundo a Lei n° 9.612, de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º caput

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes

8. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 1998, estipula o seguinte:

DA FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 20 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do resumo do ato de autorização, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos dos instrumentos aplicáveis.

(...)

DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos[1], **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações.** [grifo nosso]

9. Assim, segundo os dispositivos acima, a autorização *poderá* ser renovada se a entidade autorizada: (i) apresentar solicitação neste sentido, dentro do prazo estabelecido pela norma de regência; e (ii) cumprir as demais exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

10. Ainda nesta seara, foram estabelecidas novas regras em complementação ao disposto na Lei e no Decreto citados; trata-se da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011 (item 20), e da Portaria nº 197, de 1 de julho de 2013, que alterou a citada Norma nº 1/2011, além de antever dispositivo específico a tratar da renovação, senão, veja-se:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 –

Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

11. Impende mencionar, por oportuno, que a Portaria supra, previamente a sua publicação, fora submetida ao crivo desta CONJUR, ocasião em que se emitiu o PARECER Nº 663/2013/CONJUR-MC/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 2140/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU (Processo nº 53000.018816/2013), o qual opinou por sua viabilidade jurídica.

12. Mencionadas as normas de regência, veja-se especificamente o pedido da entidade.

III – DA ANÁLISE DO PEDIDO DA ENTIDADE

13. Segundo já mencionado, a entidade apresentou seu requerimento na data **de 19/01/2012**, encontrando-se em consonância, pois, com a previsão do prazo antevisto na retrocitada Portaria nº 197, de 2013, razão pela qual se deixará de emitir considerações acerca da tempestividade do requerimento, visto que já fora objeto de análise e aprovação por intermédio do citado PARECER Nº 663/2013/CONJUR-MC/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 2140/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU (Processo nº 53000.018816/2013).

14. No que concerne à documentação apresentada, visualiza-se que igualmente se encontra em harmonia com o disposto na citada Norma 1/2011, com as alterações promovidas pela Portaria nº 197, de 2013, mais precisamente no subitem 20.3, a saber:

(i) Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações - **fl. 04**;

(ii) Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação – **fl. 06**;

(iii) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel (**fl. 07 e 162**);

(iv) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual – **fl. 08**;

(v) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3 – **fls. 12/20**;

(vi) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas **fls. 59/62**;

(vii) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes – **fls. 82, 90, 96/97 e 106**;

(viii) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora **fls. 27/30**.

15. Quanto ao possível cometimento de irregularidades pela entidade no curso da prestação do serviço, o DESPACHO de fls. 170, da SCE aponta a inexistência de processos de apuração de infração em face da entidade ora interessada.

16. Ademais, não se mostra despidendo frisar que a autorizada deve continuar a observar todos os mandamentos normativos que regem o serviço, notadamente os requisitos necessários à obtenção da outorga, a *exemplo* da idoneidade moral dos dirigentes. Alias, acerca desse tópico, faz-se mister destacar o seguinte: a despeito de a Norma nº 1/2011 dispensar, por ocasião da renovação, que certidões dos dirigentes sejam colacionadas aos autos (ressalte-se que a idoneidade moral dos dirigentes é requisito indispensável para a obtenção da outorga), a entidade deve ser advertida de que o advento de eventual condenação criminal, com transito em julgado, em face de dirigente da entidade, poderá resvalar na outorga em si, visto que deixou de ser observado o referido requisito fundamental.

17. Acrescente-se, por fim, que a Administração Pública não está impedida de efetuar possível fiscalização a fim de verificar a manutenção dos requisitos pela entidade, seja por intermédio de denúncia, seja de ofício, posto que dispõe do regular exercício do **poder de polícia**. Sobre o tema, ensina Hely Lopes Meirelles[2] que o poder de polícia é aquele de que “*dispõe a Administração Pública em geral, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens ou direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*” E continua o autor:

Em linguagem menos técnica podemos dizer que o poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública, para deter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte de toda Administração, o Estado (em sentido amplo: União, Estados e Municípios) detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social e à segurança nacional.

18. O poder de polícia é dotado de autoexecutoriedade e coercibilidade, isto é, legítima se apresenta a atuação dos agentes públicos nesse mister sem prévio consentimento do Poder Judiciário, podendo, inclusive, fazer jus ao emprego de força quando diante de resistência. Ademais, os atos decorrentes dessa ação fiscalizadora, como autênticos atos administrativos, gozam da presunção de veracidade e legitimidade, cabendo ao administrado, caso discorde, o ônus de provar sua suposta irregularidade (em termos outros, o exercício do poder de polícia é presumido em favor do Estado). A respeito, vejam-se alguns julgados:

ADMINISTRATIVO. POSSESSÓRIA. ANATEL. RÁDIO COMUNITÁRIA. AUSÊNCIA DE OUTORGA DO PODER PÚBLICO. PODER DE POLÍCIA. ESBULHO NÃO CONFIGURADO.1- A exigência de concessão, permissão ou autorização para atividades de radiodifusão está prevista constitucionalmente nos arts. 21, inciso XII, e 223, bem como na Lei nº 9.612/98, arts. 2º e 6º.9.6122º6º.2 - O fato de tratar-se de rádio comunitária, sem fins lucrativos, dotada de boa fama e prestígio junto à população local, não constitui razão suficiente a dispensar a outorga do **Poder Público, que tem a obrigação legal de regulamentar, fiscalizar e reprimir condutas que deixem de observar as regras relativas às atividades de radiodifusão, sob pena de violação ao exercício regular do poder de polícia administrativa. Precedentes do STJ.**3 - Apelação improvida.

(200251120000680 RJ 2002.51.12.000068-0, Relator: Juiz Federal Convocado MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA, Data de Julgamento: 10/11/2010, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::19/11/2010 - Página::195)

...

PODER DE POLÍCIA - O PODER DE POLÍCIA CONCILIA O EXERCÍCIO DO DIREITO AO INTERESSE PÚBLICO; COMO ATO ADMINISTRATIVO, GOZA DA PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE E VERACIDADE. A - AUTORIZAÇÃO - RELATIVA A EXPECTATIVA DE DIREITO, É CONSTITUTIVA E DISCRICIONÁRIA, DIFERENTEMENTE DA - LICENÇA-DECLARATÓRIA E VINCULADA. A PRIMEIRA, CONSEQUENTEMENTE, É REVOGÁVEL, NOS QUADRANTES DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA. O MÉRITO NÃO PODE

SER REVISTO PELO JURIDICIÁRIO, E A PRODUÇÃO DE PROVA PARA DEMONSTRAR VÍCIO DE LEGALIDADE, INCONCILIÁVEL COM A AÇÃO DE SEGURANÇA.

(818081 DF , Relator: LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, Data de Julgamento: 31/05/1982, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 28/06/1982 Pág. : 6.364)

...

Processo RE-AgR 581947 - RE-AgR - AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a) - EROS GRAU - STF

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. TAXA. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PRESUNÇÃO EM FAVOR DA MUNICIPALIDADE. 1. O Tribunal a quo não se manifestou explicitamente sobre todos os temas constitucionais tidos por violados. Incidência das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. Este Tribunal tem orientação no sentido de que **o exercício do poder de polícia é presumido em favor da Municipalidade**. Precedente. Agravo regimental a que se nega provimento. [grifos nossos]

19. Impende realçar, outrossim, que, caso venha a restar comprovada eventual falsidade dos documentos apresentados, os responsáveis sofrerão as consequências previstas também na esfera penal.

20. Elaboradas todas as considerações supra, é de se inferir, pois, que restam atendidos todos os requisitos legais necessários à renovação da outorga conferida à interessada, fazendo-se imprescindível registrar o seguinte: quando da formulação de consulta pela SCE a esta CONJUR, acerca especificamente da renovação de RadCom, objeto do processo nº 53000.057670/2011-25, fora elaborado o PARECER Nº 0059/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, por meio do qual foram traçados alguns esclarecimentos sobre o tema. No que concerne às conclusões pela renovação propriamente, chegou-se a orientar à época (parágrafo 30 do Parecer) pela prescindibilidade de remessa dos autos a esta CONJUR, caso se concluísse pelo preenchimento de todos os requisitos pela interessada, servindo aquele mesmo Parecer como fundamento jurídico da análise.

21. Ocorre, porém, que em reanálise sobre o tema, aquela orientação resta superada, de modo que todos os processos – pela renovação ou não – devem ser encaminhados previamente a esta CONJUR, para apreço conclusivo sobre o tema (conforme ora se realiza), restando mantidas todas as demais orientações expostas no referido Parecer nº 59/2012.

IV – CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, não vislumbra óbice jurídico ao deferimento do pedido, encontrando-se o processo apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

23. Oportuno ressaltar que o ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da Republica.

24. À consideração superior.

Brasília, 16 de junho de 2014.

Cláudia Maria Vilela von Sperling

Advogada da União

DESPACHO Nº 2206/2014/ SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23

INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no **Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.**

1. Aprovo o PARECER Nº **0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.**
2. Encaminhem-se os autos à apreciação do Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, de 2014.

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais

DESPACHO Nº 2207/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.058120/2011-23

INTERESSADO: Sociedade Rádio Comunitária Camará.

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, no **Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.**

1. Aprovo o **DESPACHO Nº 2206/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais, que aprovou o **PARECER Nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.**
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2014.

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI

Consultor Jurídico

DESPACHO S/Nº

1. Reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

Brasília, 12 de junho de 2015.

Alan Trajano

Consultor Jurídico

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] MEIRELLES, Hely Lopes. Poder de polícia e segurança nacional. Revista dos Tribunais, v. 61, n. 445, p. 287 – 298, nov. 1972. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_40/panteao.htm> Acesso em: 24.02.2012.

Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Coordenação-Geral de Serviços do Gabinete

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 19191/2015/SEI-MC

Brasília, 18 de junho de 2015.

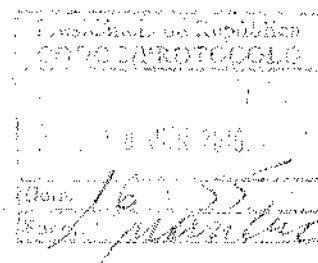
Ao Senhor

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto, 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 00077/2015 MC

- 53000.056241/2011

EM nº 00074/2015 MC

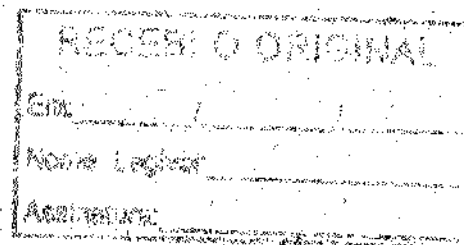
- 53000.058135/2011

EM nº 00068/2015 MC

- 53000.058129/2011

EM nº 00079/2015 MC

- 53000.059288/2011



EM nº 00080/2015 MC

- 53000.063589/2012

EM nº 00081/2015 MC

- 53000.014702/2012

EM nº 00076/2015 MC

- 53000.058120/2011

EM nº 00070/2015 MC

- 53000.006179/2012

EM nº 00075/2015 MC

- 53000.056215/2011

EM nº 00073/2015 MC

- 53000.050829/2011

Atenciosamente,

WENDY BATISTA DE ARAUJO
Coordenadora-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 18/06/2015, às 11:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0560578** e o código CRC **8CC531F5**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058120/2011-23

Referência: Ofício nº 19191/2015/SEI-MC, de 18 de junho de 2015.

Interessado: Sociedade Rádio Comunitária Camará FM

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 19191/2015/SEI-MC, de 18 de junho de 2015, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de junho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 19/06/2015, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0562859** e o código CRC **05D5F43B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.058120/2011-23**

Entidade: **Sociedade Rádio Comunitária Câmara Fm**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2017, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2374724** e o código CRC **30BAED75**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058120/2011-23, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Referência: Processo nº 53000.058120/2011-23

SEI nº 2374724

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058120/2011-23, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2382590** e o código CRC **4A1BCC5D**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 21/12/2017, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2516669** e o código CRC **920E97EB**.

Referência: Processo nº 53000.058120/2011-23

SEI nº 2516669

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058120/2011-23, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
 Casa Civil da Presidência da República
 Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
064/2018	53000.018934/2013-97	Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing
065/2018	53000.050829/2011-81	RC FM – Rádio Comunitária de Itambé
066/2018	53000.062558/2013-78	Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM
067/2018	53000.052005/2013-15	Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos - ASCAD
068/2018	53000.069421/2013-44	Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo
069/2018	53000.045645/2013-61	Associação Comunitária Rádio Tropical FM
070/2018	53000.006951/2013-81	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN
071/2018	53000.027270/2013-57	Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru
072/2018	53000.062556/2013-89	Associação Lar Comunitário
073/2018	53000.067636/2013-21	Associação Local de Obras Assistenciais
074/2018	53000.021295/2013-47	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM
075/2018	53000.071343/2013-48	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça
076/2018	53000.057704/2012-62	Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois
077/2018	53000.065557/2013-85	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG
078/2018	53000.056215/2011-11	Associação Comunitária Farroupilha
079/2018	53000.058135/2011-91	Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão
080/2018	53000.058120/2011-23	Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
081/2018	53000.045554/2013-25	Associação Cultural Comunitária Joanopolense
082/2018	53000.031927/2012-08	Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)
083/2018	53000.059288/2011-56	Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN
084/2018	53000.016594/2013-60	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo
085/2018	53000.070749/2013-11	Fundação Deputado Walfrido Monteiro
086/2018	53000.056641/2011-46	Associação Comunitária e Cultural Teresense
087/2018	53000.068677/2013-34	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade
088/2018	53000.050217/2012-79	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV
089/2018	53900.017160/2015-03	Associação Anunciação
090/2018	53900.049331/2015-55	Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira
091/2018	53000.006952/2013-26	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR)
092/2018	53900.048224/2015-18	Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC
093/2018	53900.049658/2015-27	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
094/2018	53000.015797/2013-39	Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde
095/2018	53000.049958/2012-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
096/2018	53000.039184/2013-97	Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO
097/2018	53900.000757/2014-21	Associação Cultural Ideal

098/2018	53000.056216/2011-57	Associação Comunitária Cultural
099/2018	53900.024778/2014-31	Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim
100/2018	53900.049346/2015-13	Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM
101/2018	53900.029912/2015-71	Associação Comunitária Cultural Capimense
102/2018	53900.016430/2015-51	Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia
103/2018	53000.056241/2011-31	Race FM – Rádio Comunitária Educadora FM
113/2018	01250.006631/2017-18	TV Taubaté Ltda.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 27/02/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2681350** e o código CRC **5193A0E8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2681350

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.058120/2011-23

Referência: Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC, de 27 de fevereiro de 2018, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restituo o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/02/2018, às 16:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2689509** e o código CRC **E364BDF8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058120/2011-23

SEI nº 2689509

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058120/2011-23.**

Entidade: **Sociedade Rádio Comunitária Camará FM.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/07/2019, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4348728** e o código CRC **A4C05952**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058120/2011-23, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, inscrita no CNPJ nº 02.649.881/0001-00, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Camaragibe, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 463, de 06 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.058120/2011-23

SEI nº 4348728

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.058120/2011-23

Referência: Despacho SEARC (4348728)

Interessado: Sociedade Rádio Comunitária Camará FM

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Camaragibe, estado de Pernambuco.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4486104** e o código CRC **48B1C8C4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058120/2011-23

SEI nº 4486104

Brasília, 12 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058120/2011-23, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, inscrita no CNPJ nº 02.649.881/0001-00, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 08 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Camaragibe, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1153/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0733/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 463, de 06 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 12/09/2019 11:21

Termo(s): 179 2019
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
53000058120201123	MCTIC 00179 2019 Camaragibe/PE - Renov/RADCOM - Sociedade Rádio Comunitária Camará FM	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32761/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.058120/2011-23.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624747** e o código CRC **47C288DC**.